

**20**anos RTN



# Resultado do Tesouro Nacional

**Vol. 23, N. 11**  
**Novembro/2017**

**Brasília, dezembro de 2017**

**MINISTRO DA FAZENDA**

Henrique de Campos Meirelles

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Eduardo Refinetti Guardia

**SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL**

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

**SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL**

Otávio Ladeira de Medeiros

**SUBSECRETÁRIOS**

Adriano Pereira de Paula

Gildenora Batista Dantas Milhomem

José Franco Medeiros de Moraes

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Pedro Jucá Maciel

Priscilla Maria Santana

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Felipe Palmeira Bardella

**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Alex Pereira Benício

**EQUIPE**

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Almeida Barbalho

Fernando Cardoso Ferraz

Karla de Lima Rocha

Vitor Henrique Barbosa Fabel

**O Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** cesef.df.stn@fazenda.gov.br**Home Page:** <http://www.tesouro.gov.br>**Ministério da Fazenda**

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 23, n. 11 (Novembro 2017). – Brasília : STN, 1995... .

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1.Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

## Sumário

---

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior.....	6
Receitas do Governo Central.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	9
Despesas do Governo Central.....	10
Previdência Social.....	13
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Receitas do Governo Central.....	15
Transferências do Tesouro Nacional.....	16
Despesas do Governo Central.....	17
Previdência Social.....	18
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Receitas do Governo Central.....	20
Transferências do Tesouro Nacional.....	21
Despesas do Governo Central.....	22
Previdência Social.....	23

## **Lista de Tabelas\***

---

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	7
Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Tabela 1.7 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Acumulado no Ano.....	11
Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	12

\* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano.....	13
Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Urbano e Rural - Resultado Acumulado no Ano.....	13
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	15
Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	16
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 2.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	18
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	20
Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	21
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22
Tabela 3.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	23

## Boxes desta Edição

Boxe 1 – Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 5º Bimestre de 2017.....	23
---	----

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Execução de Restos a Pagar.....	10
Gráfico 2 - Benefícios Emitidos pela Previdência.....	12
Gráfico 3 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	20

# Resultado Fiscal do Governo Central

## Análise do Resultado Primário do Governo Central A Preços Correntes

R\$ Milhões - Preços Correntes

Discriminação	Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017									
	R\$ Milhões		Variação			R\$ Milhões		Variação		
	Jan-Nov 2016	Jan-Nov 2017	Dife-rença	% Nomi-nal	% Real (IPCA)	Nov 16	Nov 17	Dife-rença	% Nomi-nal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.186.297,6	1.232.829,0	46.531,3	3,9%	0,4%	100.316,9	124.912,4	24.595,6	24,5%	21,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	192.097,7	203.543,3	11.445,6	6,0%	2,4%	25.778,5	18.193,5	-7.585,0	-29,4%	-31,3%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	994.199,9	1.029.285,7	35.085,8	3,5%	0,0%	74.538,4	106.718,9	32.180,5	43,2%	39,3%
IV. DESPESA TOTAL	1.093.028,8	1.131.204,7	38.175,9	3,5%	0,0%	113.005,1	105.371,4	-7.633,7	-6,8%	-9,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-98.828,8	-101.919,0	-3.090,2	3,1%	0,3%	-38.466,7	1.347,5	39.814,3	-	-
Tesouro Nacional e Banco Central	44.033,2	70.847,4	26.814,2	60,9%	54,6%	-19.500,4	18.893,4	38.393,8	-	-10,0%
Previdência Social (RGPS)	-142.862,0	-172.766,4	-29.904,4	20,9%	17,2%	-18.966,4	-17.545,9	1.420,5	-7,5%	-10,0%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,7%	-1,7%	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Memorando:</b>										
Resultado do Tesouro Nacional	44.928,7	71.568,7	26.640,0	59,3%	53,1%	-19.277,5	18.999,8	38.277,2	-	-3,7%
Resultado do Banco Central	-895,5	-721,3	174,3	-19,5%	-22,0%	-222,9	-106,4	116,5	-52,3%	-53,6%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-142.862,0	-172.766,4	-29.904,4	20,9%	17,2%	-18.966,4	-17.545,9	1.420,5	-7,5%	-10,0%

Fonte: Tesouro Nacional.

Em novembro de 2017, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 1,3 bilhão, contra déficit de R\$ 38,5 bilhões em novembro de 2016. Em termos reais, a receita líquida apresentou elevação de 39,3% enquanto a despesa total apresentou redução de 9,3%. A elevação da receita deveu-se ao leilão de 4 usinas hidroelétricas realizado em 27/09/2017 com efeito financeiro em novembro no valor de R\$ 12,1 bilhões, e à repartição do primeiro decêndio de novembro de 2016 da arrecadação no âmbito do RERCT ocorrida em outubro daquele ano (R\$ 10,0 bilhões). A redução da despesa é explicada em grande medida pelo pagamento de precatórios relativo a pessoal e benefícios previdenciários em maio deste ano, ao passo que, em 2016, tais pagamentos ocorreram em novembro.

Comparativamente ao acumulado até novembro de 2016, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 98,8 bilhões em 2016 para déficit de R\$ 101,9 bilhões em 2017. Em termos reais tanto a receita líquida quanto as despesas totais mantiveram-se constantes.

# Resultado do Governo Central

## Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

### A Preços Constantes de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.241.864,7	1.246.269,5	4.404,8	0,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	784.131,2	766.964,9	-17.166,3	-2,2%
I.2 Incentivos Fiscais	-11,1	-23,2	-12,1	108,6%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	325.774,6	329.126,9	3.352,3	1,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	131.970,1	150.200,8	18.230,8	13,8%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	200.993,3	205.830,8	4.837,4	2,4%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	1.040.871,4	1.040.438,7	-432,7	0,0%
IV. DESPESA TOTAL	1.143.571,5	1.143.449,4	-122,1	0,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	474.741,4	503.661,6	28.920,2	6,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	239.877,9	256.844,8	16.966,9	7,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	182.291,9	170.355,5	-11.936,5	-6,5%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	246.660,3	212.587,5	-34.072,7	-13,8%
V FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-102.700,1	-103.010,7	-310,6	0,3%
Tesouro Nacional e Banco Central	46.266,7	71.524,0	25.257,3	54,6%
Previdência Social (RGPS)	-148.966,8	-174.534,7	-25.567,9	17,2%
<b>Memorando:</b>				
Resultado do Tesouro Nacional	47.201,1	72.253,1	25.052,0	53,1%
Resultado do Banco Central	-934,4	-729,1	205,3	-22,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-148.966,8	-174.534,7	-25.567,9	17,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de novembro de 2017, comparativamente a 2016, houve redução de R\$ 310,6 milhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 102,7 bilhões em 2016 para déficit de R\$ 103,0 bilhões em 2017. Tanto a receita líquida quanto a despesa total mantiveram-se praticamente constantes no período.

No âmbito da receita líquida, a repatriação de recursos (R\$ 46,8 bilhões, a preços correntes) ocorrida até outubro de 2016 sem contrapartida de igual montante em 2017 (R\$ 1,6 bilhão) e o recebimento nos primeiros sete meses de 2016 do bônus de outorga referente a 29 usinas hidrelétricas, sem correspondência em igual período de 2017. Tais fatores foram compensados pelo comportamento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, por outras receitas não recorrentes (PRT/PERT e devolução de precatórios) e pelo aumento nas receitas dividendos e participações, sobretudo do BNDES.

Quanto às despesas o aumento nos gastos com benefícios previdenciários e despesas de pessoal foram compensados por reduções em outras despesas obrigatórias e nas despesas discricionárias.

# Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.241.864,7	1.246.269,5	4.404,8	0,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	784.131,2	766.964,9	-17.166,3	-2,2%
Imposto de Importação	30.187,8	30.113,5	-74,3	-0,2%
IPI	39.987,8	43.537,5	3.549,8	8,9%
Imposto de Renda	322.854,7	310.117,4	-12.737,3	-3,9%
IOF	32.079,1	32.024,6	-54,5	-0,2%
COFINS	196.315,6	217.718,3	21.402,7	10,9%
PIS/PASEP	51.656,2	57.870,2	6.214,0	12,0%
CSLL	67.258,4	71.644,1	4.385,7	6,5%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	5.762,0	5.419,6	-342,4	-5,9%
Outras	38.029,6	-1.480,4	-39.510,0	-
I.2 Incentivos Fiscais	-11,1	-23,2	-12,1	108,6%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	325.774,6	329.126,9	3.352,3	1,0%
Urbana	318.304,0	320.729,0	2.425,0	0,8%
Rural	7.470,6	8.398,0	927,4	12,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	131.970,1	150.200,8	18.230,8	13,8%
Concessões e Permissões	22.941,4	17.667,0	-5.274,5	-23,0%
Dividendos e Participações	1.843,6	5.241,9	3.398,3	184,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.572,4	12.596,3	1.023,9	8,8%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	22.799,2	34.499,8	11.700,6	51,3%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	13.443,0	12.435,4	-1.007,6	-7,5%
Contribuição do Salário Educação	18.830,9	18.669,9	-160,9	-0,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	5.057,7	4.856,8	-200,9	-4,0%
Operações com Ativos	693,2	1.021,6	328,4	47,4%
Demais Receitas	34.788,7	43.212,3	8.423,6	24,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do Governo Central apresentou elevação real de R\$ 4,4 bilhões (0,4%) em relação ao acumulado até novembro de 2016. Esse comportamento deveu-se majoritariamente à elevação de R\$ 18,4 bilhões (13,8%) nas receitas não administradas pela RFB. As receitas não administradas pela RFB foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 11,7 bilhões (51,3%) nas receitas de Cota-Parte de Compensações Financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo;
- acréscimo de R\$ 8,4 bilhões em outras receitas referente especialmente a receitas referentes à devolução de precatórios no montante de R\$ 8,0 bilhões;
- elevação de R\$ 3,4 bilhões (184,3%) nas receitas de dividendos e participações, e
- decréscimo de R\$ 5,3 bilhões (76,9%) em concessões e permissões devido ao recebimento de R\$ 17,4 bilhões em 2016 relativo ao bônus de outorga referente à concessão de 29 usinas hidrelétricas, realizada por meio de leilão em novembro de 2015.

As receitas administradas pela RFB reduziram-se em R\$ 17,2 bilhões no período analisado. Tal redução é explicada principalmente pela arrecadação no montante de R\$ 46,8 bilhões a preços correntes no acumulado até novembro de 2016 de multas referentes à repatriação de recursos (RERCT) contra R\$ 1,6 bilhão em igual período de 2017. Esse

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Discriminação	Jan-Nov	
	2016	2017
Banco do Brasil	1.268,2	1.264,7
BNB	38,4	102,1
BNDES	0,0	3.460,2
Caixa	60,6	0,0
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	76,0	74,6
Petrobras	0,0	0,0
Demais	400,3	340,3
Total	1.843,6	5.241,9

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

fator foi parcialmente compensado pela arrecadação de R\$ 20,1 bilhões no acumulado até novembro de 2017 no âmbito do Programa de Regularização Tributária (PRT/PERT), sem correspondência em 2016. Esse montante considera a arrecadação bruta do PRT/PERT e o acréscimo dos parcelamentos da dívida ativa. Dessa forma, o efeito líquido desses fatores afetou negativamente a comparação interanual em R\$ 25,1 bilhões, montante superior à redução observada das receitas administradas pela RFB (R\$ 17,2 bilhões)..

É importante destacar que em novembro de 2017 a RFB promoveu a reclassificação dos estoques de parcelamentos especiais que ainda não haviam sido classificados nos tributos devidos. Os estoques de tributos que foram objetos de reclassificação

compreenderam fluxos de parcelamentos relativos a diversos anos, totalizando R\$ 27,8 bilhões. Tal montante foi direcionado principalmente à Cofins (R\$ 17,8 bilhões), CSLL (R\$ 5,2 bilhões) e PIS/Pasep (R\$ 4,5 bilhões). O montante dessa reclassificação supera o fluxo de recolhimentos das outras receitas administradas em 2017, resultando num valor negativo dessa rubrica de R\$ 1,5 bilhão. Apesar da reclassificação não alterar o montante da arrecadação no ano, ela prejudica as comparações intertemporais das rubricas dos tributos afetados.

## Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	200.993,3	205.830,8	4.837,4	2,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	165.726,4	163.241,4	-2.485,0	-1,5%
II.2 Fundos Constitucionais	7.038,1	7.305,3	267,2	3,8%
Repasso Total	9.268,8	10.538,7	1.269,9	13,7%
Superávit dos Fundos	-2.230,7	-3.233,4	-1.002,7	44,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	11.286,9	11.179,2	-107,6	-1,0%
II.4 Compensações Financeiras	14.435,6	21.031,6	6.596,0	45,7%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.305,6	1.719,0	413,5	31,7%
II.6 Demais	1.200,9	1.354,3	153,4	12,8%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 4,8 bilhões (2,4%), em relação ao acumulado até novembro de 2016, passando de R\$ 201,0 bilhões 2016 para R\$ 205,8 bilhões em 2017. As principais variações no período foram:

- acréscimo de R\$ 6,6 bilhões (45,7%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de Cota Parte e Compensações Financeiras; e
- redução de R\$ 2,5 bilhões (1,5%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE, devido às transferências relativas a arrecadação repatriação de recursos em 2016 sem contrapartida, na mesma magnitude, em 2017.

# Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016 / 2017

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	1.143.571,5	1.143.449,4	-122,1	0,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	474.741,4	503.661,6	28.920,2	6,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	369.253,5	393.710,3	24.456,8	6,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	105.487,9	109.951,3	4.463,5	4,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	239.877,9	256.844,8	16.966,9	7,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	182.291,9	170.355,5	-11.936,5	-6,5%
Abono e Seguro Desemprego	55.038,0	50.899,6	-4.138,4	-7,5%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	47.036,3	49.778,1	2.741,9	5,8%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	5.057,9	4.856,8	-201,1	-4,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3.462,1	681,3	-2.780,8	-80,3%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	17.322,9	13.161,7	-4.161,2	-24,0%
FUNDEB (Complem. União)	12.207,3	11.443,1	-764,2	-6,3%
Fundo Constitucional DF	1.095,7	1.334,5	238,8	21,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	2.210,5	10.618,7	8.408,2	380,4%
Subsídios, Subvenções e Proagro	24.322,5	18.641,9	-5.680,6	-23,4%
FIES	4.926,8	4.305,8	-621,0	-12,6%
Demais <sup>1</sup>	9.612,0	4.634,0	-4.978,0	-51,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	246.660,3	212.587,5	-34.072,7	-13,8%
Discricionárias Executivo	235.064,9	202.562,6	-32.502,3	-13,8%
PAC	33.474,2	19.997,7	-13.476,5	-40,3%
d/q MCMV	6.126,3	2.388,9	-3.737,4	-61,0%
Emissões de TDA	166,4	33,8	-132,6	-79,7%
Demais	201.424,4	182.531,1	-18.893,3	-9,4%
Discricionárias LEJU/MPU	11.595,3	10.024,9	-1.570,4	-13,5%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital <sup>2</sup>	301.605,3	262.826,7	-38.778,6	-12,9%
Outras Despesas de Custeio	252.344,0	230.911,9	-21.432,1	-8,5%
Outras Despesas de Capital	49.261,3	31.914,8	-17.346,5	-35,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

A despesa total do Governo Central no acumulado até novembro de 2017 atingiu R\$ 1.143,4 milhões, ligeiramente acima do observado no mesmo período de 2016, quando as despesas alcançaram R\$ 1.143,6. Na mesma base de comparação, as despesas com Benefícios Previdenciários – a preços constantes – aumentaram R\$ 28,9 bilhões (6,1%) e as despesas de Pessoal e Encargos Sociais R\$ 17,0 bilhões (7,1%). Tais acréscimos foram praticamente compensados no mesmo período pela redução nas Outras Despesas Obrigatórias e nas Despesas Discricionárias, R\$ 11,9 bilhões (6,5%) e R\$ 34,1 bilhões (13,8%), respectivamente.

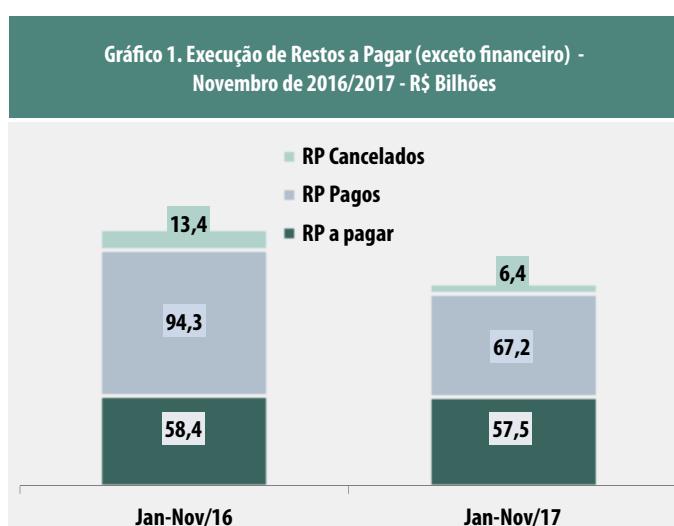
R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
<b>TOTAL</b>	201.424,4	182.531,1	-18.893,3	-9,4%
Ministério da Saúde	91.936,8	87.581,6	-4.355,1	-4,7%
Ministério da Educação	30.915,3	27.231,5	-3.683,8	-11,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	29.913,5	30.022,9	109,4	0,4%
Ministério da Defesa	12.625,2	11.661,9	-963,3	-7,6%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações e Comunicações	4.214,4	3.233,2	-981,3	-23,3%
Demais órgãos do Executivo	31.819,2	22.800,0	-9.019,2	-28,3%

A redução dos gastos com Despesas Discricionárias é devida principalmente à redução de R\$ 32,5 bilhões (13,8%) em Discricionárias Executivo, dos quais R\$ 13,5 bilhões são referentes ao PAC e R\$ 19,0 bilhões são referentes a demais despesas, fruto dos efeitos da programação financeira para 2017 e do processo de organização das contas públicas realizado em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para o começo de 2017.

A redução dos gastos em Outras Despesas Obrigatórias deveu-se principalmente a:

- decréscimo de R\$ 5,7 bilhões (23,4%) nas despesas com Subsídios, Subvenções e Proagro, representados principalmente pela redução de R\$ 2,8 bilhões (25,6%) nas despesas do PSI, R\$ 1,3 bilhão (23,9%) nas despesas do PRONAF e R\$ 942,8 milhões (30,0%) na Equalização de Investimento Rural e Agroindustrial;
- redução de R\$ 4,2 bilhões (24,0%) em Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha, fruto de reversão parcial da desoneração da folha;
- redução de R\$ 4,1 bilhões (7,5%) nas despesas com Abono e Seguro Desemprego, explicada pelo efeito das novas regras de concessão de Abono dadas pela Lei 13.134/2015;
- decréscimo de R\$ 5,0 bilhões em demais despesas, explicado pela diminuição de R\$ 3,0 bilhões em Apoio Financeiro à Estados e Municípios em virtude do aporte em julho 2016 para a realização das Olimpíadas, sem contrapartida em 2017; e
- decréscimo de R\$ 2,8 bilhões (80,3%) nos Créditos Extraordinários (exceto PAC).



O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) até novembro de 2017 correspondeu a R\$ 67,2 bilhões, contra R\$ 94,3 bilhões no mesmo período do ano anterior. Tal redução está associada ao processo de organização das contas públicas em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para o início de 2017.

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.8 - Subsídios, Subvenções e Proagro - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
Agricultura	11.755,8	9.748,3	-2.007,5	-17,1%
Equalização de custeio agropecuário	1.907,4	2.061,9	154,5	8,1%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	3.143,6	2.200,8	-942,8	-30,0%
Política de preços agrícolas	-551,0	422,6	973,6	-
Pronaf	5.407,0	4.115,7	-1.291,3	-23,9%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	559,8	169,1	-390,7	-69,8%
Álcool	59,8	46,8	-13,0	-21,7%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	-74,4	101,9	176,3	-
Funcafé	88,9	97,4	8,5	9,6%
Revitaliza	27,4	16,6	-10,8	-39,4%
Proagro	1.187,4	515,5	-671,9	-56,6%
Outros	12.566,7	8.893,6	-3.673,1	-29,2%
Proex	764,2	386,6	-377,6	-49,4%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	10.797,5	8.036,0	-2.761,6	-25,6%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,0	6,4	0,4	7,2%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	676,7	595,5	-81,2	-12,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	217,5	0,0	-217,5	-100,0%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	72,7	48,0	-24,7	-34,0%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-11,1	-7,5	3,6	-32,6%
PNAFE	-112,1	-171,4	-59,3	52,9%
PRODECER	155,2	0,0	-155,2	-100,0%
<b>Total</b>	<b>24.322,5</b>	<b>18.641,9</b>	<b>-5.680,6</b>	<b>-23,4%</b>

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

## • Previdência Social

Comparando os valores acumulados de janeiro a novembro de 2017 com o mesmo período de 2016, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 149,0 bilhões para R\$ 174,5 bilhões (17,2%) em termos reais. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 28,9 bilhões (6,1%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à elevação de 605,1 mil (2,1%) no número de benefícios emitidos e à elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 57,99 (4,4%); e
- elevação real de R\$ 3,4 bilhões (1,0%) na arrecadação líquida, explicada pela elevação da contribuição previdenciária (R\$ 4,7 bilhões, 1,5%) e pela redução nas restituições/devoluções (R\$ 2,0 bilhões (65,8%)), parcialmente compensadas pela redução de 4,2 bilhões (24,0%) na compensação do RGPS, efeito da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração).

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADADAÇÃO LÍQUIDA	325.774,6	329.126,9	3.352,3	1,0%
Arrecadação Bruta	366.065,2	366.942,6	877,5	0,2%
Contribuição Previdenciária	311.996,5	316.650,4	4.653,9	1,5%
Simples/Nacional/PAES	34.720,1	35.187,2	467,1	1,3%
Refis	121,0	157,0	36,1	29,8%
Depósitos Judiciais	1.904,7	1.786,2	-118,5	-6,2%
Compensação RGPS	17.322,9	13.161,7	-4.161,2	-24,0%
(-) Restituição/Devolução	-3.058,2	-1.046,0	2.012,2	-65,8%
(-) Transferências a Terceiros	-37.232,4	-36.769,6	462,7	-1,2%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	474.741,4	503.661,6	28.920,2	6,1%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-148.966,8	-174.534,7	-25.567,9	17,2%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.10 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
CONTRIBUIÇÃO	325.774,6	329.126,9	3.352,3	1,0%
Urbano	318.304,0	320.729,0	2.425,0	0,8%
Rural	7.470,6	8.398,0	927,4	12,4%
BENEFÍCIOS	474.741,4	503.661,6	28.920,2	6,1%
Urbano	369.253,5	393.710,3	24.456,8	6,6%
Rural	105.487,9	109.951,3	4.463,5	4,2%
RESULTADO PRIMÁRIO	-148.966,8	-174.534,7	-25.567,9	17,2%
Urbano	-50.949,6	-72.981,3	-22.031,8	43,2%
Rural	-98.017,2	-101.553,4	-3.536,1	3,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Gráfico 2. Benefícios Emitidos pela Previdência



# Resultado do Governo Central

## Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

### A Preços Constantes de Novembro de 2017 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Novembro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	103.129,5	124.912,4	21.782,9	21,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	62.985,1	71.145,3	8.160,2	13,0%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-3,3	-3,3	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.364,3	30.604,8	1.240,5	4,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.780,1	23.165,6	12.385,5	114,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	26.501,2	18.193,5	-8.307,7	-31,3%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	76.628,3	106.718,9	30.090,6	39,3%
IV. DESPESA TOTAL	116.173,6	105.371,4	-10.802,2	-9,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	48.862,4	48.150,7	-711,7	-1,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	28.717,3	25.189,8	-3.527,5	-12,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.329,7	11.144,9	-2.184,8	-16,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	25.264,1	20.886,0	-4.378,1	-17,3%
V FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-39.545,3	1.347,5	40.892,8	-
Tesouro Nacional e Banco Central	-20.047,1	18.893,4	38.940,5	-
Previdência Social (RGPS)	-19.498,1	-17.545,9	1.952,3	-10,0%
<b>Memorando:</b>				
Resultado do Tesouro Nacional	-19.818,0	18.999,8	38.817,7	-
Resultado do Banco Central	-229,2	-106,4	122,8	-53,6%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-19.498,1	-17.545,9	1.952,3	-10,0%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de novembro de 2017 , o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 39,5 bilhões em Novembro de 2016 para um superávit de R\$ 1,3 bilhão no mesmo mês de 2017, o que representou aumento de R\$ 40,9 bilhões. Essa variação decorreu do aumento da receita líquida em R\$ 30,1 bilhões (39,3%) somada à diminuição de R\$ 10,8 bilhões (9,3%) da despesa total.

Sobre o aumento da receita, destaque-se o leilão de 4 usinas hidrelétricas realizado em 27/09/2017 com efeito financeiro em novembro no valor de R\$ 12,1 bilhões e à repartição no primeiro decêndio de novembro de 2016 da arrecadação no âmbito do RERCT ocorrida em outubro daquele ano (R\$ 10,0 bilhões). Com relação à redução da despesa, destaque para a redução de R\$ 3,3 bilhões nas outras despesas discricionárias do Poder Executivo e ao pagamento de precatórios e sentenças judiciais de Pessoal e Benefícios Previdenciários em novembro de 2016, ao passo que, em 2017, tais pagamentos ocorreram em maio.

# Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016 / 2017

Discriminação	Novembro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	103.129,5	124.912,4	21.782,9	21,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	62.985,1	71.145,3	8.160,2	13,0%
Imposto de Importação	2.720,8	3.152,6	431,8	15,9%
IPI	3.822,7	5.079,5	1.256,8	32,9%
Imposto de Renda	24.531,4	22.441,0	-2.090,4	-8,5%
IOF	2.828,5	3.109,1	280,6	9,9%
COFINS	17.729,3	40.570,3	22.841,0	128,8%
PIS/PASEP	4.434,8	10.538,6	6.103,8	137,6%
CSLL	4.407,6	9.565,6	5.158,0	117,0%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	518,5	508,5	-10,1	-1,9%
Outras	1.991,4	-23.819,8	-25.811,2	-
I.2 Incentivos Fiscais	-	-3,3	-3,3	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.364,3	30.604,8	1.240,5	4,2%
Urbana	28.727,4	29.802,8	1.075,4	3,7%
Rural	636,9	802,0	165,1	25,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.780,1	23.165,6	12.385,5	114,9%
Concessões e Permissões	285,1	12.424,2	12.139,1	-
Dividendos e Participações	188,5	346,3	157,8	83,7%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.925,1	1.964,3	39,2	2,0%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	2.243,5	1.797,3	-446,1	-19,9%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.091,4	1.177,7	86,2	7,9%
Contribuição do Salário Educação	1.563,3	1.607,4	44,1	2,8%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	408,0	425,0	17,0	4,2%
Operações com Ativos	74,5	82,1	7,6	10,2%
Demais Receitas	3.000,9	3.341,4	340,5	11,3%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do governo central apresentou aumento real de R\$ 21,8 bilhões (21,1%), passando de R\$ 103,1 bilhões em novembro de 2016 para R\$ 124,9 bilhões em novembro de 2017. Esse comportamento deveu-se ao aumento de R\$ 8,2 bilhões (13,0%) na receita administrada pela RFB juntamente com o acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (4,2%) na arrecadação líquida para o RGPS e com o aumento de R\$ 12,4 bilhões (114,9%) nas receitas não administradas pela RFB. Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- Aumento de R\$ 22,8 bilhões na COFINS, de R\$ 6,1 bilhões no PIS/PASEP e de R\$ 5,2 bilhões na CSLL compensados parcialmente pela redução em R\$ 25,8 bilhões nas outras receitas administradas pela RFB devido, principalmente, à reclassificação em novembro dos estoques de parcelamentos especiais dos últimos anos que ainda não haviam sido classificados nos tributos devidos. Não implica em elevação ou redução na arrecadação total, gerando apenas uma diferença nos impostos classificados com relação à rubrica outras. Sem o efeito da

reclassificação, a COFINS apresentaria alta de cerca de R\$ 2 bilhões, enquanto o PIS/PASEP apresentaria alta de R\$ 1 bilhão e a CSLL apresentaria comportamento aproximadamente constante. As altas em COFINS e PIS/PASEP à parte da reclassificação são explicadas pelos seguintes fatores: a) variação real positiva de 7,50% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de -0,30% no volume de serviços, em outubro de 2017 em relação a outubro de 2016; b) melhor desempenho das importações; c) maior volume de compensações pelo segmento financeiro em relação a novembro de 2016 e d) melhor desempenho da arrecadação do setor de combustíveis, especialmente em decorrência do aumento das respectivas alíquotas a partir do último decêndio de julho.

- Redução de R\$ 2,1 bilhões (8,5%) no Imposto de Renda, devida especialmente ao descréscimo de R\$ 2,3 bilhões no IRPJ, devido às restituições pagas no mês de novembro.
- Acréscimo de R\$ 1,3 bilhão (32,9%) no IPI influenciado, principalmente, pelo crescimento de 5,20% na produção industrial de outubro de 2017 em relação a outubro de 2016 (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física/ IBGE).

As receitas não administradas pela RFB cresceram R\$ 12,4 bilhões (114,9%) quando comparadas a Novembro de 2016. Essa elevação é explicada, principalmente, pela receita de R\$ 12,1 bilhões devida ao leilão de 4 usinas hidrelétricas realizado em 27/09/2017 com efeito financeiro em novembro.

## Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Novembro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	26.501,2	18.193,5	-8.307,7	-31,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	23.346,2	13.327,8	-10.018,4	-42,9%
II.2 Fundos Constitucionais	709,5	656,4	-53,1	-7,5%
Repasso Total	0,0	881,2	881,2	-
Superávit dos Fundos	-709,5	224,8	934,3	-
II.3 Contribuição do Salário Educação	935,2	946,5	11,3	1,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.396,8	3.127,8	1.731,0	123,9%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	113,6	135,0	21,4	18,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências por repartição de receita apresentaram redução de R\$ 8,3 bilhões (31,3%), passando de R\$ 26,5 bilhões em novembro de 2016 para R\$ 18,2 bilhões no mesmo mês de 2017. Esse resultado decorre principalmente da redução do componente FPM/FPE/IPI-EE em R\$ 10,0 bilhões (42,9%) devido às transferências relativas a arrecadação repatriação de recursos em outubro 2016 sem contrapartida em 2017, compensada parcialmente pela alta de R\$ 1,7 bilhão (123,9%) nas Compensações Financeiras devida principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo;

# Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016 / 2017

Discriminação	Novembro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	116.173,6	105.371,4	-10.802,2	-9,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	48.862,4	48.150,7	-711,7	-1,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	36.793,5	36.421,8	-371,7	-1,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	12.069,0	11.728,9	-340,1	-2,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	28.717,3	25.189,8	-3.527,5	-12,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.329,7	11.144,9	-2.184,8	-16,4%
Abono e Seguro Desemprego	4.752,5	4.050,5	-702,0	-14,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.307,8	4.405,1	97,3	2,3%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	408,0	425,0	17,0	4,2%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	153,8	40,6	-113,1	-73,6%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	994,6	668,8	-325,8	-32,8%
FUNDEB (Complem. União)	823,4	0,0	-823,4	-100,0%
Fundo Constitucional DF	113,9	112,4	-1,5	-1,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	880,3	138,9	-741,5	-84,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	186,1	386,2	200,1	107,5%
FIES	116,1	541,7	425,6	366,5%
Demais <sup>1</sup>	593,2	375,6	-217,5	-36,7%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	25.264,1	20.886,0	-4.378,1	-17,3%
Discricionárias Executivo	24.202,0	19.894,6	-4.307,4	-17,8%
PAC	3.059,7	2.032,0	-1.027,8	-33,6%
d/q MCMV	596,9	254,7	-342,2	-57,3%
Emissões de TDA	0,3	0,0	-0,3	-100,0%
Demais	21.142,0	17.862,7	-3.279,4	-15,5%
Discricionárias LEJU/MPU	1.062,1	991,4	-70,7	-6,7%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital <sup>2</sup>	29.178,9	23.170,7	-6.008,3	-20,6%
Outras Despesas de Custeio	23.313,9	19.977,0	-3.337,0	-14,3%
Outras Despesas de Capital	5.865,0	3.193,7	-2.671,3	-45,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

R\$ 4,4 bilhões (17,3%) concentrada principalmente nas demais despesas discricionárias do Poder Executivo (R\$ 3,3 bilhões, 15,5%) e no PAC (R\$ 1 bilhão, 33,6%)

Em Novembro de 2017, houve redução de R\$ 10,8 bilhões (9,3%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 116,2 bilhões para R\$ 105,4 bilhões. Essa variação se deve, principalmente à redução de R\$ 3,3 bilhões nas outras despesas discricionárias do Poder Executivo e ao pagamento de precatórios e sentenças judiciais de Pessoal e Benefícios Previdenciários em novembro de 2016, ao passo que, em 2017, tais pagamentos ocorreram em maio.

As outras despesas obrigatórias diminuíram 2,2 bilhões (16,4%) principalmente devido às despesas com FUNDEB (Complem. União) (R\$ 823,4 milhões, 100%), Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC (R\$ 741,5 milhões, 84,2%) e Abono e Seguro Desemprego (R\$ 702 milhões, 14,8%), enquanto as despesas discricionárias - todos os poderes apresentaram redução de

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Novembro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	21.142,0	17.862,7	-3.279,4	-15,5%
Ministério da Saúde	8.919,3	7.347,5	-1.571,8	-17,6%
Ministério da Educação	2.741,5	2.771,4	29,8	1,1%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.922,1	2.924,8	2,7	0,1%
Ministério da Defesa	979,1	1.565,8	586,8	59,9%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	346,3	294,5	-51,8	-15,0%
Demais órgãos do Executivo	5.233,6	2.958,7	-2.275,0	-43,5%

## Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 19,4 bilhões em Novembro de 2016 para déficit de R\$ 17,5 bilhões em Novembro de 2017, representando uma diferença de R\$ 1,9 bilhão devida, principalmente ao pagamento de precatórios e sentenças judiciais ocorrido em maio de 2017, ao passo que em 2016 tal evento ocorreu em novembro. Houve elevação de 627,2 mil (2,2%) no número de benefícios emitidos e elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 77,51 (4,2%).

A Arrecadação Líquida do RGPS elevou-se em R\$ 1,3 bilhão (4,5%), principalmente devido ao crescimento de R\$ 1,2 bilhão (4,3%) na Contribuição Previdenciária associado ao fato de que a massa salarial habitual de outubro de 2017 em relação a outubro de 2016, apurada pela PNAD Contínua – Mensal/IBGE em todas as regiões brasileiras, apresentou crescimento nominal de 0,58%. Com atualização pelo IPCA, há uma redução de 2,07%

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Novembro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	29.282,3	30.604,8	1.322,5	4,5%
Arrecadação Bruta	32.627,9	33.843,2	1.215,2	3,7%
Contribuição Previdenciária	28.414,8	29.639,3	1.224,5	4,3%
Simples/Nacional/PAES	3.061,0	3.374,7	313,6	10,2%
Refis	3,9	155,0	151,1	-
Depósitos Judiciais	156,4	5,4	-151,0	-96,5%
Compensação RGPS	991,9	668,8	-323,1	-32,6%
(-) Restituição/Devolução	-247,8	-129,3	118,4	-47,8%
(-) Transferências a Terceiros	-3.097,9	-3.109,0	-11,2	0,4%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	48.726,0	48.150,7	-575,3	-1,2%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-19.443,7	-17.545,9	1.897,8	-9,8%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

# Resultado do Governo Central

## Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

### A Preços Constantes de Novembro de 2017 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017

Discriminação	2017		Variação	
	Out	Nov	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	120.762,6	124.912,4	4.149,8	3,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	75.720,9	71.145,3	-4.575,6	-6,0%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-3,3	-3,3	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.271,4	30.604,8	333,4	1,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	14.770,3	23.165,6	8.395,3	56,8%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.085,1	18.193,5	1.108,4	6,5%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	103.677,5	106.718,9	3.041,4	2,9%
IV. DESPESA TOTAL	98.395,9	105.371,4	6.975,5	7,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.112,6	48.150,7	4.038,0	9,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.317,4	25.189,8	3.872,4	18,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	13.390,7	11.144,9	-2.245,9	-16,8%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	19.575,1	20.886,0	1.310,9	6,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB) <sup>2</sup>	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	5.281,6	1.347,5	-3.934,1	-74,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	19.122,8	18.893,4	-229,5	-1,2%
Previdência Social (RGPS)	-13.841,2	-17.545,9	-3.704,6	26,8%
<b>Memorando:</b>				
Resultado do Tesouro Nacional	19.083,6	18.999,8	-83,9	-0,4%
Resultado do Banco Central	39,2	-106,4	-145,6	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-13.841,2	-17.545,9	-3.704,6	26,8%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em novembro de 2017, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 1,3 bilhão , contra superavit de R\$ 5,3 bilhões em outubro de 2017, a preços constantes de novembro. Houve aumento da receita líquida em R\$ 3,0 bilhões (2,9%), resultado principalmente devido às receitas de concessões e premissões de R\$ 12,4 bilhões parcialmente compensada pela redução em imposto de renda e outras receitas. Houve aumento da despesa total em R\$ 7,0 bilhões (7,1%), decorrente principalmente dos benefícios previdenciários (R\$ 4,0 bilhões, 9,2%) e Pessoal e Encargos sociais (R\$ 3,8 bilhões, 18,2%)

# Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Discriminação	2017		Variação	
	Out	Nov	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	120.762,6	124.912,4	4.149,8	3,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	75.720,9	71.145,3	-4.575,6	-6,0%
Imposto de Importação	3.082,9	3.152,6	69,7	2,3%
IPI	4.912,1	5.079,5	167,4	3,4%
Imposto de Renda	29.712,2	22.441,0	-7.271,1	-24,5%
IOF	2.846,7	3.109,1	262,4	9,2%
COFINS	19.698,5	40.570,3	20.871,8	106,0%
PIS/PASEP	5.069,3	10.538,6	5.469,2	107,9%
CSLL	7.149,9	9.565,6	2.415,7	33,8%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	491,9	508,5	16,5	3,4%
Outras	2.757,3	-23.819,8	-26.577,2	-
I.2 Incentivos Fiscais	-	-3,3	-3,3	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.271,4	30.604,8	333,4	1,1%
Urbana	29.455,4	29.802,8	347,4	1,2%
Rural	815,9	802,0	-14,0	-1,7%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	14.770,3	23.165,6	8.395,3	56,8%
Concessões e Permissões	221,9	12.424,2	12.202,3	-
Dividendos e Participações	82,6	346,3	263,7	319,2%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.063,3	1.964,3	900,9	84,7%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.919,9	1.797,3	-4.122,6	-69,6%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.162,9	1.177,7	14,7	1,3%
Contribuição do Salário Educação	1.561,4	1.607,4	46,0	2,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	432,9	425,0	-7,9	-1,8%
Operações com Ativos	150,8	82,1	-68,6	-45,5%
Demais Receitas	4.174,5	3.341,4	-833,1	-20,0%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em valores atualizados de novembro de 2017, a receita total do Governo Central apresentou aumento de R\$ 4,1 bilhões (3,4%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 120,8 bilhões em outubro de 2017 para R\$ 124,9 bilhões em novembro de 2017. Esta variação resulta do efeito conjulgado dos seguintes fatores:

- redução de R\$ 4,6 bilhões (6,0%) nas receitas administradas pela RFB: (i) redução nas outras receitas administradas em R\$ 26,6 bilhões, compensada pelos aumentos de R\$ 20,9 bilhões (106,0%) na COFINS, de R\$ 5,5 bilhões (107,9%) no PIS/PASEP e de R\$ 2,4 bilhões na CSLL, devido à reclassificação realizada em novembro dos estoques de parcelamentos especiais que ainda não haviam sido classificados nos tributos devidos. (ii)

Redução de R\$ 7,3 bilhões no Imposto de Renda devida ao pagamento da 1<sup>a</sup> cota ou cota única do IRPJ e da CSSL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro, com efeito financeiro em outubro, sem contrapartida em novembro.

- Aumento de R\$ 8,4 bilhões nas Receitas não administradas pela RFB: receita de Concessões e Permissões no valor de R\$ 12,2 bilhões devida ao leilão de 4 usinas hidrelétricas realizado em 27/09/2017 com efeito financeiro em novembro de R\$ 12,1 bilhões, parcialmente compensada pela redução de R\$ 4,1 bilhões na cota parte de compensações financeiras, sazonalmente menor em novembro com relação ao mês anterior.

## Transferências do Tesouro Nacional

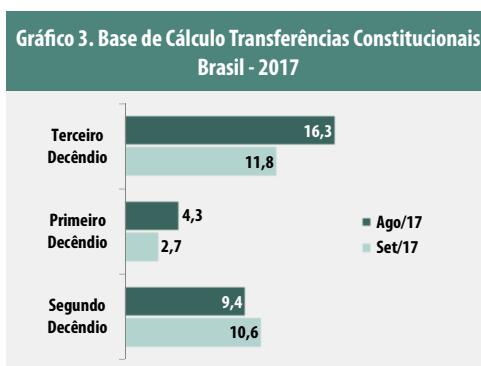
R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2017

Discriminação	2017		Variação	
	Out	Nov	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.085,1	18.193,5	1.108,4	6,5%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.096,2	13.327,8	231,6	1,8%
II.2 Fundos Constitucionais	627,8	656,4	28,6	4,6%
Repasso Total	986,9	881,2	-105,8	-10,7%
Superávit dos Fundos	-359,1	-224,8	134,3	-37,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	964,2	946,5	-17,8	-1,8%
II.4 Compensações Financeiras	1.177,4	3.127,8	1.950,4	165,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	445,5	0,0	-445,5	-100,0%
II.6 Demais	773,9	135,0	-638,9	-82,6%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração



Em novembro de 2017, as transferências por repartição de receita apresentaram aumento de R\$ 1,1 bilhão (6,5%), totalizando R\$ 18,2 bilhões, contra R\$ 17,1 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu principalmente da transferência de compensações financeiras aos Estados e Municípios no valor de R\$ 2,0 bilhões devido à receita de cota parte de compensações financeiras de outubro.

# Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017

Discriminação	2017		Variação	
	Out	Nov	Diferença	% Real (IPCA)
<b>IV . DESPESA TOTAL</b>	98.395,9	105.371,4	6.975,5	7,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.112,6	48.150,7	4.038,0	9,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	34.740,1	36.421,8	1.681,7	4,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.372,5	11.728,9	2.356,4	25,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.317,4	25.189,8	3.872,4	18,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	13.390,7	11.144,9	-2.245,9	-16,8%
Abono e Seguro Desemprego	4.744,0	4.050,5	-693,5	-14,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.578,5	4.405,1	-173,4	-3,8%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	432,9	425,0	-7,9	-1,8%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	58,8	40,6	-18,1	-30,9%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	953,2	668,8	-284,4	-29,8%
FUNDEB (Complem. União)	875,5	0,0	-875,5	-100,0%
Fundo Constitucional DF	126,5	112,4	-14,1	-11,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	132,5	138,9	6,4	4,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	410,0	386,2	-23,8	-5,8%
FIES <sup>1</sup>	646,0	541,7	-104,3	-16,1%
Demais <sup>1</sup>	433,0	375,6	-57,3	-13,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	19.575,1	20.886,0	1.310,9	6,7%
Discricionárias Executivo	18.649,4	19.894,6	1.245,2	6,7%
PAC	2.007,1	2.032,0	24,9	1,2%
d/q MCMV	142,0	254,7	112,7	79,4%
Emissões de TDA	3,8	0,0	-3,8	-100,0%
Demais	16.638,6	17.862,7	1.224,0	7,4%
Discricionárias LEJU/MPU	925,7	991,4	65,7	7,1%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital <sup>2</sup>	23.136,6	23.170,7	34,0	0,1%
Outras Despesas de Custeio	20.173,8	19.977,0	-196,8	-1,0%
Outras Despesas de Capital	2.962,9	3.193,7	230,9	7,8%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatorias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em novembro de 2017, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 105,4 bilhões, representando aumento de R\$ 7,0 bilhões (7,1%, em relação a outubro de 2017. Essa variação é explicada principalmente pelo aumento de R\$ 4,0 bilhões (9,2%) em benefícios previdenciários juntamente com o acréscimo de R\$ 3,9 bilhões (18,2%) em pessoal e encargos sociais e o aumento de R\$ 1,2 bilhão nas demais despesas discricionárias do Poder Executivo, compensados parcialmente pela redução em R\$ 2,2 bilhões nas outras despesas obrigatorias. Destaque para a redução de R\$ 875,5 milhões na complementação da União ao FUNDEB, referente à parcela de novembro, que no ano corrente tem previsão para pagamento em dezembro

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 3.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2017

Discriminação	2017		Variação	
	Set	Out	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	16.638,6	17.862,7	1.224,0	7,4%
Ministério da Saúde	7.599,1	7.347,5	-251,6	-3,3%
Ministério da Educação	2.701,7	2.771,4	69,7	2,6%
Ministério do Desenvolvimento Social	21,5	47,9	26,4	122,4%
Ministério da Defesa	38,1	49,2	11,1	29,0%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	275,8	294,5	18,7	6,8%
Demais órgãos do Executivo	6.002,3	7.352,2	1.349,9	22,5%

## Previdência Social

R\$ Milhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017

Discriminação	2017		Variação	
	Out	Nov	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	30.186,8	30.604,8	418,0	1,4%
Arrecadação Bruta	33.346,1	33.843,2	497,1	1,5%
Contribuição Previdenciária	28.927,1	29.639,3	712,2	2,5%
Simples/Nacional/PAES	3.307,88	3.374,66	66,8	2,0%
Refis	152,28	154,98	2,7	1,8%
Depósitos Judiciais	8,30	5,41	-2,9	-34,8%
Compensação RGPS	950,51	668,80	-281,7	-29,6%
(-) Restituição/Devolução	-53,3	-129,3	-76,0	142,6%
(-) Transferências a Terceiros	-3.105,9	-3.109,0	-3,1	0,1%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	43.989,5	48.150,7	4.161,2	9,5%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-13.802,7	-17.545,9	-3.743,2	27,1%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em novembro de 2017, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 17,5 bilhões, contra déficit de R\$ 13,8 bilhões no mês anterior. O aumento do déficit de R\$ 3,7 bilhões (27,1%) se deve ao efeito conjulgado do aumento de R\$ 4,2 bilhões (9,5%) nos benefícios previdenciários parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 418 milhões (1,4%) na arrecadação líquida do RGPS.

# Anexos

---

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

# 1. Lista de Abreviaturas

## Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento  
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia  
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
FSB - Fundo Soberano do Brasil  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
II - Imposto de Importação  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LEJU – Legislativo e Judiciário  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
PSI – Programa de Sustentação do Investimento  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

**Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal**  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Novembro	Outubro	Novembro	Nov/17 Out/17		Nov/17 Nov/16	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	100.316,9	120.425,3	124.912,4	4.487,1	3,7%	24.595,6	24,5%
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>61.267,3</b>	<b>75.509,4</b>	<b>71.145,3</b>	<b>-4.364,1</b>	<b>-5,8%</b>	<b>9.877,97</b>	<b>16,1%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.646,6	3.074,3	3.152,6	78,3	2,5%	506,0	19,1%
I.1.2 IPI	3.718,5	4.898,4	5.079,5	181,1	3,7%	1.361,0	36,6%
I.1.3 Imposto de Renda	23.862,4	29.629,2	22.441,0	-7.188,1	-24,3%	-1.421,3	-6,0%
I.1.4 IOF	2.751,4	2.838,7	3.109,1	270,4	9,5%	357,7	13,0%
I.1.5 COFINS	17.245,8	19.643,5	40.570,3	20.926,8	106,5%	23.324,5	135,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.313,8	5.055,2	10.538,6	5.483,4	108,5%	6.224,7	144,3%
I.1.7 CSLL	4.287,4	7.130,0	9.565,6	2.435,6	34,2%	5.278,2	123,1%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	504,4	490,6	508,5	17,9	3,6%	4,1	0,8%
I.1.10 Outras	1.937,1	2.749,6	-23.819,8	-26.569,5	-	-25.756,9	-
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-3,3</b>	<b>-3,3</b>	<b>-</b>	<b>-3,3</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>28.563,4</b>	<b>30.186,8</b>	<b>30.604,8</b>	<b>418,0</b>	<b>1,4%</b>	<b>2.041,4</b>	<b>7,1%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>10.486,1</b>	<b>14.729,1</b>	<b>23.165,6</b>	<b>8.436,6</b>	<b>57,3%</b>	<b>12.679,5</b>	<b>120,9%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	277,3	221,3	12.424,2	12.202,9	-	12.146,9	-
I.4.2 Dividendos e Participações	183,3	82,4	346,3	263,9	320,4%	163,0	88,9%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.872,6	1.060,4	1.964,3	903,9	85,2%	91,7	4,9%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	2.182,3	5.903,4	1.797,3	-4.106,1	-69,6%	-385,0	-17,6%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.061,7	1.159,7	1.177,7	18,0	1,6%	116,0	10,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.520,7	1.557,1	1.607,4	50,4	3,2%	86,8	5,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	396,8	431,7	425,0	-6,7	-1,6%	28,2	7,1%
I.4.8 Operações com Ativos	72,5	150,3	82,1	-68,2	-45,4%	9,7	13,3%
I.4.9 Demais Receitas	2.919,0	4.162,8	3.341,4	-821,5	-19,7%	422,4	14,5%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>25.778,5</b>	<b>17.037,4</b>	<b>18.193,5</b>	<b>1.156,1</b>	<b>6,8%</b>	<b>-7.585,0</b>	<b>-29,4%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>22.709,5</b>	<b>13.059,7</b>	<b>13.327,8</b>	<b>268,2</b>	<b>2,1%</b> -	<b>9.381,63</b>	<b>-41,3%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>690,2</b>	<b>626,0</b>	<b>656,4</b>	<b>30,3</b>	<b>4,8%</b> -	<b>33,78</b>	<b>-4,9%</b>
II.2.1 Repasse Total	0,0	984,2	881,2	-103,0	-0,1	881,2	-
II.2.2 Superávit dos Fundos	690,2	-358,1	-224,8	133,3	-0,4	-914,9	-
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>909,7</b>	<b>961,5</b>	<b>946,5</b>	<b>-15,1</b>	<b>-1,6%</b>	<b>36,80</b>	<b>4,0%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.358,7</b>	<b>1.174,1</b>	<b>3.127,8</b>	<b>1.953,7</b>	<b>166,4%</b>	<b>1.769,1</b>	<b>130,2%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>0,0</b>	<b>444,2</b>	<b>0,0</b>	<b>-444,2</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>110,5</b>	<b>771,8</b>	<b>135,0</b>	<b>-636,7</b>	<b>-82,5%</b>	<b>24,54</b>	<b>22,2%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>74.538,4</b>	<b>103.388,0</b>	<b>106.718,9</b>	<b>3.331,0</b>	<b>3,2%</b>	<b>32.180,5</b>	<b>43,2%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>113.005,1</b>	<b>98.121,1</b>	<b>105.371,4</b>	<b>7.250,3</b>	<b>7,4%</b>	<b>-7.633,7</b>	<b>-6,8%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>47.529,8</b>	<b>43.989,4</b>	<b>48.150,7</b>	<b>4.161,2</b>	<b>9,5%</b>	<b>620,88</b>	<b>1,3%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>27.934,1</b>	<b>21.257,9</b>	<b>25.189,8</b>	<b>3.932,0</b>	<b>18,5%</b> -	<b>2.744,26</b>	<b>-9,8%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>12.966,2</b>	<b>13.353,3</b>	<b>11.144,9</b>	<b>-2.208,5</b>	<b>-16,5%</b>	<b>-1.821,3</b>	<b>-14,0%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.622,9	4.730,7	4.050,5	-680,2	-14,4%	-572,3	-12,4%
IV.3.2 Anistiados	13,5	13,1	12,1	-1,0	-7,6%	-1,3	-10,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	4,1	0,0	0,0	0,0	-	-4,1	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	40,1	45,8	43,4	-2,4	-5,2%	3,3	8,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.190,4	4.565,7	4.405,1	-160,6	-3,5%	214,7	5,1%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	396,8	431,7	425,0	-6,7	-1,6%	28,2	7,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	149,6	58,6	40,6	-18,0	-30,7%	-108,9	-72,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	967,5	950,5	668,8	-281,7	-29,6%	-298,7	-30,9%
IV.3.10 Convênios	17,9	14,5	18,2	3,7	25,7%	0,3	1,6%
IV.3.11 Doações	160,6	6,8	5,1	-1,7	-25,2%	-155,5	-96,8%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	159,7	96,4	18,3	-78,1	-81,0%	-141,4	-88,5%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	800,9	873,0	0,0	-873,0	-100,0%	-800,9	-100,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	110,8	126,1	112,4	-13,7	-10,9%	1,6	1,4%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	162,5	162,5	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	856,3	132,1	138,9	6,7	5,1%	-717,5	-83,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	181,0	408,832	386,2	-22,6	-5,5%	205,2	113,3%
IV.3.21 Transferências ANA	18,6	15,8	38,8	23,0	145,3%	20,2	108,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	0,0	76,8	77,1	0,3	0,4%	77,1	-
IV.3.23 FIES	113,0	644,2	541,7	-102,5	-15,9%	428,8	379,5%
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>24.575,1</b>	<b>19.520,5</b>	<b>20.886,0</b>	<b>1.365,5</b>	<b>7,0%</b>	<b>-3.689,1</b>	<b>-15,0%</b>
IV.4.1 PAC	2.976,3	2.001,5	2.032,0	30,5	1,5%	-944,3	-31,7%
d/q MCMV	580,6	141,6	254,7	113,1	79,9%	-325,9	-56,1%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,3	3,8	0,0	-3,8	-100,0%	0,25	-100,0%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	20.565,4	16.592,1	17.862,7	1.270,5	7,7%	2.702,75	-13,1%
IV.4.4 LEJU/MPU	1.033,1	923,1	991,4	68,3	7,4%	41,74	-4,0%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-38.466,7</b>	<b>5.266,8</b>	<b>1.347,5</b>	<b>-3.919,3</b>	<b>-74,4%</b>	<b>39.814,3</b>	<b>-</b>
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>300,6</b>	<b>654,1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-1.710,3</b>	<b>-953,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-39.876,4</b>	<b>4.967,3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-35.627,8</b>	<b>-29.594,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-75.504,2</b>	<b>-24.627,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Nov/17 - IPCA



Discriminação	2016	2016/2017		Diferença Nov/17 Out/17	Variação (%)	Diferença Nov/17 Nov/16	Variação (%)
	Novembro	Outubro	Novembro				
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>103.129,5</b>	<b>120.762,6</b>	<b>124.912,4</b>	<b>4.149,8</b>	<b>3,4%</b>	<b>21.782,9</b>	<b>21,1%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>62.985,1</b>	<b>75.720,9</b>	<b>71.145,3</b>	<b>-4.575,6</b>	<b>-6,0%</b>	<b>8.160,2</b>	<b>13,0%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.720,8	3.082,9	3.152,6	69,7	2,3%	431,8	15,9%
I.1.2 IPI	3.822,7	4.912,1	5.079,5	167,4	3,4%	1.256,8	32,9%
I.1.3 Imposto de Renda	24.531,4	29.712,2	22.441,0	-7.271,1	-24,5%	-2.090,4	-8,5%
I.1.4 IOF	2.828,5	2.846,7	3.109,1	262,4	9,2%	280,6	9,9%
I.1.5 COFINS	17.729,3	19.698,5	40.570,3	20.871,8	106,0%	22.841,0	128,8%
I.1.6 PIS/PASEP	4.434,8	5.069,3	10.538,6	5.469,2	107,9%	6.103,8	137,6%
I.1.7 CSLL	4.407,6	7.149,9	9.565,6	2.415,7	33,8%	5.158,0	117,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	518,5	491,9	508,5	16,5	3,4%	-10,1	-1,9%
I.1.10 Outras	1.991,4	2.757,3	-23.819,8	-26.577,2	-	-25.811,2	-
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-3,3</b>	<b>-3,3</b>	<b>-</b>	<b>-3,3</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>29.364,3</b>	<b>30.271,4</b>	<b>30.604,8</b>	<b>333,4</b>	<b>1,1%</b>	<b>1.240,5</b>	<b>4,2%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>10.780,1</b>	<b>14.770,3</b>	<b>23.165,6</b>	<b>8.395,3</b>	<b>56,8%</b>	<b>12.385,5</b>	<b>114,9%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	285,1	221,9	12.424,2	12.202,3	-	12.139,1	-
I.4.2 Dividendos e Participações	188,5	82,6	346,3	263,7	319,2%	157,8	83,7%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.925,1	1.063,3	1.964,3	900,9	84,7%	39,2	2,0%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	2.243,5	5.919,9	1.797,3	-4.122,6	-69,6%	-446,1	-19,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.091,4	1.162,9	1.177,7	14,7	1,3%	86,2	7,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.563,3	1.561,4	1.607,4	46,0	2,9%	44,1	2,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	408,0	432,9	425,0	-7,9	-1,8%	17,0	4,2%
I.4.8 Operações com Ativos	74,5	150,8	82,1	-68,6	-45,5%	7,6	10,2%
I.4.9 Demais Receitas	3.000,9	4.174,5	3.341,4	-833,1	-20,0%	340,5	11,3%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>26.501,2</b>	<b>17.085,1</b>	<b>18.193,5</b>	<b>1.108,4</b>	<b>6,5%</b>	<b>-8.307,7</b>	<b>-31,3%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>23.346,2</b>	<b>13.096,2</b>	<b>13.327,8</b>	<b>231,6</b>	<b>1,8%</b>	<b>-10.018,4</b>	<b>-42,9%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>709,5</b>	<b>627,8</b>	<b>656,4</b>	<b>28,6</b>	<b>4,6%</b>	<b>-53,1</b>	<b>-7,5%</b>
II.2.1 Repasse Total	0,0	986,9	881,2	-105,8	-10,7%	881,2	-
II.2.2 Superávit dos Fundos	709,5	-359,1	-224,8	134,3	-37,4%	-934,3	-
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>935,2</b>	<b>964,2</b>	<b>946,5</b>	<b>-17,8</b>	<b>-1,8%</b>	<b>11,3</b>	<b>1,2%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.396,8</b>	<b>1.177,4</b>	<b>3.127,8</b>	<b>1.950,4</b>	<b>165,6%</b>	<b>1.731,0</b>	<b>123,9%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>0,0</b>	<b>445,5</b>	<b>0,0</b>	<b>-445,5</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>113,6</b>	<b>773,9</b>	<b>135,0</b>	<b>-638,9</b>	<b>-82,6%</b>	<b>21,4</b>	<b>18,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>76.628,3</b>	<b>103.677,5</b>	<b>106.718,9</b>	<b>3.041,4</b>	<b>2,9%</b>	<b>30.090,6</b>	<b>39,3%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>116.173,6</b>	<b>98.395,9</b>	<b>105.371,4</b>	<b>6.975,5</b>	<b>7,1%</b>	<b>-10.802,2</b>	<b>-9,3%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>48.862,4</b>	<b>44.112,6</b>	<b>48.150,7</b>	<b>4.038,0</b>	<b>9,2%</b>	<b>-711,7</b>	<b>-1,5%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>28.717,3</b>	<b>21.317,4</b>	<b>25.189,8</b>	<b>3.872,4</b>	<b>18,2%</b>	<b>-3.527,5</b>	<b>-12,3%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatorias</b>	<b>13.329,7</b>	<b>13.390,7</b>	<b>11.144,9</b>	<b>-2.245,9</b>	<b>-16,8%</b>	<b>-2.184,8</b>	<b>-16,4%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.752,5	4.744,0	4.050,5	-693,5	-14,6%	-702,0	-14,8%
IV.3.2 Anistiados	13,9	13,2	12,1	-1,0	-7,9%	-1,7	-12,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	4,2	0,0	0,0	0,0	-	-4,2	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	41,2	45,9	43,4	-2,5	-5,5%	2,2	5,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.307,8	4.578,5	4.405,1	-173,4	-3,8%	97,3	2,3%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	408,0	432,9	425,0	-7,9	-1,8%	17,0	4,2%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	153,8	58,8	40,6	-18,1	-30,9%	-113,1	-73,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	994,6	953,2	668,8	-284,4	-29,8%	-325,8	-32,8%
IV.3.10 Convênios	18,4	14,5	18,2	3,7	25,3%	-0,2	-1,2%
IV.3.11 Doações	165,1	6,8	5,1	-1,7	-25,4%	-160,0	-96,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	164,2	96,7	18,3	-78,4	-81,0%	-145,9	-88,8%
IV.3.13 FUNDEB (Complém. União)	823,4	875,5	0,0	-875,5	-100,0%	-823,4	-100,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	113,9	126,5	112,4	-14,1	-11,1%	-1,5	-1,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,1	163,0	162,5	-0,5	-0,3%	-4,6	-2,7%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fóseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	880,3	132,5	138,9	6,4	4,8%	-741,5	-84,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	186,1	410,0	386,2	-23,8	-5,8%	200,1	107,5%
IV.3.21 Transferências ANA	19,1	15,9	38,8	23,0	144,6%	19,7	103,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	0,0	77,0	77,1	0,1	0,2%	77,1	-
IV.3.23 FIES	116,1	646,0	541,7	-104,3	-16,1%	425,6	366,5%
<b>IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes</b>	<b>25.264,1</b>	<b>19.575,1</b>	<b>20.886,0</b>	<b>1.310,9</b>	<b>6,7%</b>	<b>-4.378,1</b>	<b>-17,3%</b>
IV.4.1 PAC	3.059,7	2.007,1	2.032,0	24,9	1,2%	-1.027,8	-33,6%
d/q MCMV	596,9	142,0	254,7	112,7	79,4%	-342,2	-57,3%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,3	3,8	0,0	-3,8	-100,0%	-0,3	-100,0%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	21.142,0	16.638,6	17.862,7	1.224,0	7,4%	-3.279,4	-15,5%
IV.4.4 LEU/MPU	1.062,1	925,7	991,4	65,7	7,1%	-70,7	-6,7%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-39.545,3</b>	<b>5.281,6</b>	<b>1.347,5</b>	<b>-3.934,1</b>	<b>-74,5%</b>	<b>40.892,8</b>	<b>-</b>
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>309,0</b>	<b>656,0</b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-1.758,2</b>	<b>-956,3</b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-40.994,5</b>	<b>4.981,2</b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-36.626,7</b>	<b>-29.677,6</b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-77.621,2</b>	<b>-24.696,4</b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>	<b></b>

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/17 Jan-Nov/16	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.186.297,6</b>	<b>1.232.829,0</b>	<b>46.531,3</b>	<b>3,9%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>749.197,9</b>	<b>758.523,7</b>	<b>9.325,8</b>	<b>1,2%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	28.835,4	29.803,7	968,2	3,4%
I.1.2 IPI	38.213,1	43.098,5	4.885,4	12,8%
I.1.3 Imposto de Renda	308.305,2	306.493,9	-1.811,3	-0,6%
I.1.4 IOF	30.648,1	31.681,0	1.033,0	3,4%
I.1.5 COFINS	187.573,6	215.645,1	28.071,5	15,0%
I.1.6 PIS/PASEP	49.340,5	57.310,2	7.969,7	16,2%
I.1.7 CSLL	64.060,4	70.835,2	6.774,8	10,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	5.505,9	5.361,9	-144,0	-2,6%
I.1.10 Outras	36.715,5	-1.705,8	-38.421,4	-
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-10,5</b>	<b>-22,9</b>	<b>-12,5</b>	<b>119,0%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>311.327,8</b>	<b>325.617,5</b>	<b>14.289,6</b>	<b>4,6%</b>
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>125.782,3</b>	<b>148.710,7</b>	<b>22.928,4</b>	<b>18,2%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	21.637,3	17.608,1	-4.029,2	-18,6%
I.4.2 Dividendos e Participações	1.765,7	5.178,4	3.412,8	193,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.078,3	12.470,3	1.392,1	12,6%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	21.787,4	34.110,8	12.323,3	56,6%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	12.854,5	12.302,2	-552,2	-4,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	17.962,4	18.456,7	494,3	2,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.831,9	4.809,5	-22,3	-0,5%
I.4.8 Operações com Ativos	666,1	1.011,0	344,8	51,8%
I.4.9 Demais Receitas	33.198,8	42.763,7	9.564,9	28,8%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>192.097,7</b>	<b>203.543,3</b>	<b>11.445,6</b>	<b>6,0%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>158.405,0</b>	<b>161.403,6</b>	<b>2.998,6</b>	<b>1,9%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>6.725,4</b>	<b>7.225,1</b>	<b>499,6</b>	<b>7,4%</b>
II.2.1 Repasse Total	8.831,6	10.420,3	1.588,7	18,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.106,2	-3.195,2	-1.089,1	51,7%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>10.773,0</b>	<b>11.054,0</b>	<b>281,0</b>	<b>2,6%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>13.797,0</b>	<b>20.816,3</b>	<b>7.019,3</b>	<b>50,9%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>1.239,3</b>	<b>1.698,7</b>	<b>459,4</b>	<b>37,1%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>1.157,9</b>	<b>1.345,6</b>	<b>187,6</b>	<b>16,2%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>994.199,9</b>	<b>1.029.285,7</b>	<b>35.085,8</b>	<b>3,5%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.093.028,8</b>	<b>1.131.204,7</b>	<b>38.175,9</b>	<b>3,5%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>454.189,8</b>	<b>498.383,9</b>	<b>44.194,0</b>	<b>9,7%</b>
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>229.383,6</b>	<b>254.078,1</b>	<b>24.694,5</b>	<b>10,8%</b>
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>173.731,3</b>	<b>168.357,9</b>	<b>-5.373,4</b>	<b>-3,1%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	52.492,6	50.321,7	-2.170,9	-4,1%
IV.3.2 Anistiados	182,7	162,0	-20,7	-11,3%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	2.900,0	0,0	-2.900,0	-100,0%
IV.3.4 Auxílio CDE	269,2	0,0	-269,2	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	488,1	520,6	32,5	6,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	44.960,1	49.242,3	4.282,2	9,5%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.832,0	4.809,5	-22,5	-0,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3.285,0	673,2	-2.611,8	-79,5%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	16.480,5	13.008,9	-3.471,6	-21,1%
IV.3.10 Convênios	180,1	187,0	6,9	3,8%
IV.3.11 Doações	422,5	58,1	-364,4	-86,3%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	643,5	788,9	145,4	22,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	11.617,6	11.291,3	-326,3	-2,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.048,5	1.320,0	271,6	25,9%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	3.745,3	1.787,5	-1.957,8	-52,3%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	2.126,6	10.487,9	8.361,3	393,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	22.983,4	18.360,7	-4.622,7	-20,1%
IV.3.21 Transferências ANA	227,5	264,1	36,6	16,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	148,6	817,0	668,4	449,8%
IV.3.23 FIES	4.697,4	4.257,0	-440,4	-9,4%
<b>IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes</b>	<b>235.724,0</b>	<b>210.384,8</b>	<b>-25.339,2</b>	<b>-10,7%</b>
IV.4.1 PAC	31.917,2	19.800,0	-12.117,2	-38,0%
d/q MCMV	5.855,1	2.364,6	-3.490,5	-59,6%
IV.4.3 Emissões de TDA	159,7	33,5	-126,3	-79,1%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	192.555,9	180.629,5	-11.926,4	-6,2%
IV.4.4 LEJU/MPU	11.091,2	9.921,9	-1.169,3	-10,5%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-98.828,8</b>	<b>-101.919,0</b>	<b>-3.090,2</b>	<b>3,1%</b>
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>3.431,9</b>			
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>172,0</b>			
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-95.224,9</b>			
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-288.991,9</b>			
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-384.216,8</b>			

**Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano**  
R\$ Milhões - Valores de Nov/17 - IPCA

42.000



Discriminação	2016 Jan-Nov	2017 Jan-Nov	Diferença Jan-Nov/17 Jan-Nov/16	Variação (%)
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.241.864,7</b>	<b>1.246.269,5</b>	<b>4.404,8</b>	<b>0,4%</b>
I.1 - Receita Administrada pela RFB	<b>784.131,2</b>	<b>766.964,9</b>	<b>-17.166,3</b>	<b>-2,2%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	30.187,8	30.113,5	-74,3	-0,2%
I.1.2 IPI	39.987,8	43.537,5	3.549,8	8,9%
I.1.3 Imposto de Renda	322.854,7	310.117,4	-12.737,3	-3,9%
I.1.4 IOF	32.079,1	32.024,6	-54,5	-0,2%
I.1.5 COFINS	196.315,6	217.718,3	21.402,7	10,9%
I.1.6 PIS/PASEP	51.656,2	57.870,2	6.214,0	12,0%
I.1.7 CSLL	67.258,4	71.644,1	4.385,7	6,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	5.762,0	5.419,6	-342,4	-5,9%
I.1.10 Outras	38.029,6	-1.480,4	-39.510,0	-
I.2 - Incentivos Fiscais	-11,1	-23,2	-12,1	108,6%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	<b>325.774,6</b>	<b>329.126,9</b>	<b>3.352,3</b>	<b>1,0%</b>
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	<b>131.970,1</b>	<b>150.200,8</b>	<b>18.230,8</b>	<b>13,8%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	22.941,4	17.667,0	-5.274,5	-23,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	1.843,6	5.241,9	3.398,3	184,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.572,4	12.596,3	1.023,9	8,8%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	22.799,2	34.499,8	11.700,6	51,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	13.443,0	12.435,4	-1.007,6	-7,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	18.830,9	18.669,9	-160,9	-0,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	5.057,7	4.856,8	-200,9	-4,0%
I.4.8 Operações com Ativos	693,2	1.021,6	328,4	47,4%
I.4.9 Demais Receitas	34.788,7	43.212,3	8.423,6	24,2%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>200.993,3</b>	<b>205.830,8</b>	<b>4.837,4</b>	<b>2,4%</b>
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	<b>165.726,4</b>	<b>163.241,4</b>	<b>-2.485,0</b>	<b>-1,5%</b>
II.2 Fundos Constitucionais	<b>7.038,1</b>	<b>7.305,3</b>	<b>267,2</b>	<b>3,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	9.268,8	10.538,7	1.269,9	13,7%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.230,7	-3.233,4	-1.002,7	44,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	<b>11.286,9</b>	<b>11.179,2</b>	<b>-107,6</b>	<b>-1,0%</b>
II.4 Compensações Financeiras	<b>14.435,6</b>	<b>21.031,6</b>	<b>6.596,0</b>	<b>45,7%</b>
II.5 CIDE - Combustíveis	<b>1.305,6</b>	<b>1.719,0</b>	<b>413,5</b>	<b>31,7%</b>
II.6 Demais	<b>1.200,9</b>	<b>1.354,3</b>	<b>153,4</b>	<b>12,8%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>1.040.871,4</b>	<b>1.040.438,7</b>	<b>-432,7</b>	<b>0,0%</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.143.571,5</b>	<b>1.143.449,4</b>	<b>-122,1</b>	<b>0,0%</b>
IV.1 Benefícios Previdenciários	<b>474.741,4</b>	<b>503.661,6</b>	<b>28.920,2</b>	<b>6,1%</b>
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	<b>239.877,9</b>	<b>256.844,8</b>	<b>16.966,9</b>	<b>7,1%</b>
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	<b>182.291,9</b>	<b>170.355,5</b>	<b>-11.936,5</b>	<b>-6,5%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	55.038,0	50.899,6	-4.138,4	-7,5%
IV.3.2 Anistiados	191,5	163,8	-27,7	-14,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	3.010,0	0,0	-3.010,0	-100,0%
IV.3.4 Auxílio CDE	283,0	0,0	-283,0	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	510,6	526,3	15,7	3,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	47.036,3	49.778,1	2.741,9	5,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	5.057,9	4.856,8	-201,1	-4,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3.462,1	681,3	-2.780,8	-80,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	17.322,9	13.161,7	-4.161,2	-24,0%
IV.3.10 Convênios	188,7	189,0	0,2	0,1%
IV.3.11 Doações	440,4	58,7	-381,7	-86,7%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	667,1	796,7	129,6	19,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	12.207,3	11.443,1	-764,2	-6,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.095,7	1.334,5	238,8	21,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	3.923,4	1.807,1	-2.116,4	-53,9%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	2.210,5	10.618,7	8.408,2	380,4%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	24.322,5	18.641,9	-5.680,6	-23,4%
IV.3.21 Transferências ANA	238,4	266,6	28,3	11,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	158,8	825,8	667,0	420,0%
IV.3.23 FIES	4.926,8	4.305,8	-621,0	-12,6%
<b>IV.4 Despesas Discretorárias - Todos os Poderes</b>	<b>246.660,3</b>	<b>212.587,5</b>	<b>-34.072,7</b>	<b>-13,8%</b>
IV.4.1 PAC	33.474,2	19.997,7	-13.476,5	-40,3%
d/q MCMV	6.126,3	2.388,9	-3.737,4	-61,0%
IV.4.3 Emissões de TDA	166,4	33,8	-132,6	-79,7%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	201.424,4	182.531,1	-18.893,3	-9,4%
IV.4.4 LEIJU/MPU	11.595,3	10.024,9	-1.570,4	-13,5%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-102.700,1</b>	<b>-103.010,7</b>	<b>-310,6</b>	<b>0,3%</b>
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>3.599,6</b>			
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>351,2</b>			
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)</b>	<b>-98.749,3</b>			
<b>X. JUROS NOMINAIS</b>	<b>-301.843,0</b>			
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)</b>	<b>-400.592,2</b>			

**Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal**  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Novembro	Outubro	Novembro	Nov/17 Out/17		Nov/17 Nov/16	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>100.316,9</b>	<b>120.425,3</b>	<b>124.912,4</b>	<b>4.487,1</b>	<b>3,7%</b>	<b>24.595,6</b>	<b>24,5%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>61.267,3</b>	<b>75.509,4</b>	<b>71.145,3</b>	<b>-4.364,1</b>	<b>-5,8%</b>	<b>9.878,0</b>	<b>16,1%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.646,6	3.074,3	3.152,6	78,3	2,5%	506,0	19,1%
I.1.2 IPI	3.718,5	4.898,4	5.079,5	181,1	3,7%	1.361,0	36,6%
I.1.2.1 IPI - Fumo	447,9	478,3	485,3	7,0	1,5%	37,4	8,4%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	247,5	257,2	339,3	82,0	31,9%	91,8	37,1%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	210,9	415,4	366,3	-49,1	-11,8%	155,4	73,7%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.203,2	1.402,8	1.407,1	4,4	0,3%	203,9	16,9%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.608,9	2.344,6	2.481,4	136,8	5,8%	872,5	54,2%
I.1.3 Imposto de Renda	23.862,4	29.629,2	22.441,0	-7.188,1	-24,3%	-1.421,3	-6,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.519,1	2.378,7	2.471,7	93,0	3,9%	-47,4	-1,9%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	7.214,8	14.539,8	5.129,2	-9.410,6	-64,7%	-2.085,5	-28,9%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.128,5	12.710,6	14.840,1	2.129,5	16,8%	711,6	5,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.781,4	6.171,1	8.323,6	2.152,5	34,9%	542,2	7,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.541,7	3.643,0	3.401,7	-241,2	-6,6%	-140,0	-4,0%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.996,3	2.004,4	1.931,8	-72,6	-3,6%	-64,5	-3,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	809,1	892,1	1.183,0	290,9	32,6%	373,9	46,2%
I.1.4 IOF	2.751,4	2.838,7	3.109,1	270,4	9,5%	357,7	13,0%
I.1.5 COFINS	17.245,8	19.643,5	40.570,3	20.926,8	106,5%	23.324,5	135,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.313,8	5.055,2	10.538,6	5.483,4	108,5%	6.224,7	144,3%
I.1.7 CSL	4.287,4	7.130,0	9.565,6	2.435,6	34,2%	5.278,2	123,1%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	504,4	490,6	508,5	17,9	3,6%	4,1	0,8%
I.1.10 Outras	1.937,1	2.749,6	-23.819,8	-26.569,5	-	-25.756,9	-
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-3,3</b>	<b>-3,3</b>	<b>-</b>	<b>-3,3</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>28.563,4</b>	<b>30.186,8</b>	<b>30.604,8</b>	<b>418,0</b>	<b>1,4%</b>	<b>2.041,4</b>	<b>7,1%</b>
I.3.1 Urbana	27.943,9	29.373,2	29.802,8	429,6	1,5%	1.858,9	6,7%
I.3.2 Rural	619,5	813,7	802,0	-11,7	-1,4%	182,5	29,5%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>10.486,1</b>	<b>14.729,1</b>	<b>23.165,6</b>	<b>8.436,6</b>	<b>57,3%</b>	<b>12.679,5</b>	<b>120,9%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	277,3	221,3	12.424,2	12.202,9	-	12.146,9	-
I.4.2 Dividendos e Participações	183,3	82,4	346,3	263,9	320,4%	163,0	88,9%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.872,6	1.060,4	1.964,3	903,9	85,2%	91,7	4,9%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	2.182,3	5.903,4	1.797,3	-4.106,1	-69,6%	-385,0	-17,6%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.061,7	1.159,7	1.177,7	18,0	1,6%	116,0	10,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.520,7	1.557,1	1.607,4	50,4	3,2%	86,8	5,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	396,8	431,7	425,0	-6,7	-1,6%	28,2	7,1%
I.4.8 Operações com Ativos	72,5	150,3	82,1	-68,2	-45,4%	9,7	13,3%
I.4.9 Demais Receitas	2.919,0	4.162,8	3.341,4	-821,5	-19,7%	422,4	14,5%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>25.778,5</b>	<b>17.037,4</b>	<b>18.193,5</b>	<b>1.156,1</b>	<b>6,8%</b>	<b>-7.585,0</b>	<b>-29,4%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>22.709,5</b>	<b>13.059,7</b>	<b>13.327,8</b>	<b>268,2</b>	<b>2,1%</b>	<b>-9.381,6</b>	<b>-41,3%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>690,2</b>	<b>626,0</b>	<b>656,4</b>	<b>30,3</b>	<b>4,8%</b>	<b>-33,8</b>	<b>-4,9%</b>
II.2.1 Repasse Total	0,0	984,2	881,2	-103,0	-10,5%	881,2	-
II.2.2 Superávit dos Fundos	690,2	-358,1	-224,8	133,3	-37,2%	-914,9	-
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>909,7</b>	<b>961,5</b>	<b>946,5</b>	<b>-15,1</b>	<b>-1,6%</b>	<b>36,8</b>	<b>4,0%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.358,7</b>	<b>1.174,1</b>	<b>3.127,8</b>	<b>1.953,7</b>	<b>166,4%</b>	<b>1.769,1</b>	<b>130,2%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>0,0</b>	<b>444,2</b>	<b>0,0</b>	<b>-444,2</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>110,5</b>	<b>771,8</b>	<b>135,0</b>	<b>-636,7</b>	<b>-82,5%</b>	<b>24,5</b>	<b>22,2%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>74.538,4</b>	<b>103.388,0</b>	<b>106.718,9</b>	<b>3.331,0</b>	<b>3,2%</b>	<b>32.180,5</b>	<b>43,2%</b>

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Nov/17 - IPCA



Discriminação	2016	2017		Diferença Nov/17 Out/17	Variação (%)	Diferença Nov/17 Nov/16	Variação (%)
	Novembro	Outubro	Novembro				
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>103.129,5</b>	<b>120.762,6</b>	<b>124.912,4</b>	<b>4.149,8</b>	<b>3,4%</b>	<b>21.782,9</b>	<b>21,1%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>62.985,1</b>	<b>75.720,9</b>	<b>71.145,3</b>	<b>-4.575,6</b>	<b>-6,0%</b>	<b>8.160,2</b>	<b>13,0%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.720,8	3.082,9	3.152,6	69,7	2,3%	431,8	15,9%
I.1.2 IPI	3.822,7	4.912,1	5.079,5	167,4	3,4%	1.256,8	32,9%
I.1.2.1 IPI - Fumo	460,5	479,7	485,3	5,7	1,2%	24,8	5,4%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	254,4	258,0	339,3	81,3	31,5%	84,9	33,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	216,8	416,6	366,3	-50,3	-12,1%	149,5	68,9%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.237,0	1.406,7	1.407,1	0,4	0,0%	170,2	13,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.654,0	2.351,2	2.481,4	130,2	5,5%	827,4	50,0%
I.1.3 Imposto de Renda	24.531,4	29.712,2	22.441,0	-7.271,1	-24,5%	-2.090,4	-8,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.589,7	2.385,4	2.471,7	86,3	3,6%	-118,0	-4,6%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	7.417,0	14.580,6	5.129,2	-9.451,3	-64,8%	-2.287,8	-30,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.524,7	12.746,2	14.840,1	2.093,9	16,4%	315,5	2,2%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.999,6	6.188,4	8.323,6	2.135,2	34,5%	324,0	4,1%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.641,0	3.653,2	3.401,7	-251,4	-6,9%	-239,3	-6,6%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.052,2	2.010,0	1.931,8	-78,2	-3,9%	-120,4	-5,9%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	831,8	894,6	1.183,0	288,4	32,2%	351,3	42,2%
I.1.4 IOF	2.828,5	2.846,7	3.109,1	262,4	9,2%	280,6	9,9%
I.1.5 COFINS	17.729,3	19.698,5	40.570,3	20.871,8	106,0%	22.841,0	128,8%
I.1.6 PIS/PASEP	4.434,8	5.069,3	10.538,6	5.469,2	107,9%	6.103,8	137,6%
I.1.7 CSLL	4.407,6	7.149,9	9.565,6	2.415,7	33,8%	5.158,0	117,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	518,5	491,9	508,5	16,5	3,4%	-10,1	-1,9%
I.1.10 Outras	1.991,4	2.757,3	-23.819,8	-26.577,2	-	-25.811,2	-
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-3,3</b>	<b>-3,3</b>	<b>-</b>	<b>-3,3</b>	<b>-</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>29.364,3</b>	<b>30.271,4</b>	<b>30.604,8</b>	<b>333,4</b>	<b>1,1%</b>	<b>1.240,5</b>	<b>4,2%</b>
I.3.1 Urbana	28.727,4	29.455,4	29.802,8	347,4	1,2%	1.075,4	3,7%
I.3.2 Rural	636,9	815,9	802,0	-14,0	-1,7%	165,1	25,9%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>10.780,1</b>	<b>14.770,3</b>	<b>23.165,6</b>	<b>8.395,3</b>	<b>56,8%</b>	<b>12.385,5</b>	<b>114,9%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	285,1	221,9	12.424,2	12.202,3	-	12.139,1	-
I.4.2 Dividendos e Participações	188,5	82,6	346,3	263,7	319,2%	157,8	83,7%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.925,1	1.063,3	1.964,3	900,9	84,7%	39,2	2,0%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	2.243,5	5.919,9	1.797,3	-4.122,6	-69,6%	-446,1	-19,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.091,4	1.162,9	1.177,7	14,7	1,3%	86,2	7,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.563,3	1.561,4	1.607,4	46,0	2,9%	44,1	2,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	408,0	432,9	425,0	-7,9	-1,8%	17,0	4,2%
I.4.8 Operações com Ativos	74,5	150,8	82,1	-68,6	-45,5%	7,6	10,2%
I.4.9 Demais Receitas	3.000,9	4.174,5	3.341,4	-833,1	-20,0%	340,5	11,3%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>26.501,2</b>	<b>17.085,1</b>	<b>18.193,5</b>	<b>1.108,4</b>	<b>6,5%</b>	<b>-8.307,7</b>	<b>-31,3%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>23.346,2</b>	<b>13.096,2</b>	<b>13.327,8</b>	<b>231,6</b>	<b>1,8%</b>	<b>-10.018,4</b>	<b>-42,9%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>709,5</b>	<b>627,8</b>	<b>656,4</b>	<b>28,6</b>	<b>4,6%</b>	<b>-53,1</b>	<b>-7,5%</b>
II.2.1 Repasse Total	0,0	986,9	881,2	-105,8	-10,7%	881,2	-
II.2.2 Superávit dos Fundos	709,5	-359,1	-224,8	134,3	-37,4%	-934,3	-
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>935,2</b>	<b>964,2</b>	<b>946,5</b>	<b>-17,8</b>	<b>-1,8%</b>	<b>11,3</b>	<b>1,2%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>1.396,8</b>	<b>1.177,4</b>	<b>3.127,8</b>	<b>1.950,4</b>	<b>165,6%</b>	<b>1.731,0</b>	<b>123,9%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>0,0</b>	<b>445,5</b>	<b>0,0</b>	<b>-445,5</b>	<b>-100,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>113,6</b>	<b>773,9</b>	<b>135,0</b>	<b>-638,9</b>	<b>-82,6%</b>	<b>21,4</b>	<b>18,9%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>76.628,3</b>	<b>103.677,5</b>	<b>106.718,9</b>	<b>3.041,4</b>	<b>2,9%</b>	<b>30.090,6</b>	<b>39,3%</b>

**Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano**  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/17 Jan-Nov/16	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.186.297,6</b>	<b>1.232.829,0</b>	<b>46.531,3</b>	<b>3,9%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>749.197,9</b>	<b>758.523,7</b>	<b>9.325,8</b>	<b>1,2%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	28.835,4	29.803,7	968,2	3,4%
I.1.2 IPI	38.213,1	43.098,5	4.885,4	12,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	4.990,4	4.864,4	-126,0	-2,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.372,5	2.626,9	254,4	10,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	2.993,7	4.068,3	1.074,5	35,9%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	12.285,9	12.814,6	528,7	4,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	15.570,6	18.724,4	3.153,8	20,3%
I.1.3 Imposto de Renda	308.305,2	306.493,9	-1.811,3	-0,6%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	29.027,0	31.499,7	2.472,6	8,5%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	127.261,2	109.542,4	-17.718,8	-13,9%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	152.017,0	165.451,8	13.434,8	8,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	74.969,3	83.980,8	9.011,5	12,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	46.218,8	48.307,0	2.088,1	4,5%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	21.617,2	23.097,2	1.480,0	6,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	9.211,6	10.066,8	855,2	9,3%
I.1.4 IOF	30.648,1	31.681,0	1.033,0	3,4%
I.1.5 COFINS	187.573,6	215.645,1	28.071,5	15,0%
I.1.6 PIS/PASEP	49.340,5	57.310,2	7.969,7	16,2%
I.1.7 CSLL	64.060,4	70.835,2	6.774,8	10,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	5.505,9	5.361,9	-144,0	-2,6%
I.1.10 Outras	36.715,5	-1.705,8	-38.421,4	-
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,5	-22,9	-12,5	119,0%
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>311.327,8</b>	<b>325.617,5</b>	<b>14.289,6</b>	<b>4,6%</b>
I.3.1 Urbana	304.184,4	317.305,3	13.121,0	4,3%
I.3.2 Rural	7.143,5	8.312,2	1.168,7	16,4%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>125.782,3</b>	<b>148.710,7</b>	<b>22.928,4</b>	<b>18,2%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	21.637,3	17.608,1	-4.029,2	-18,6%
I.4.2 Dividendos e Participações	1.765,7	5.178,4	3.412,8	193,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.078,3	12.470,3	1.392,1	12,6%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	21.787,4	34.110,8	12.323,3	56,6%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	12.854,5	12.302,2	-552,2	-4,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	17.962,4	18.456,7	494,3	2,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.831,9	4.809,5	-22,3	-0,5%
I.4.8 Operações com Ativos	666,1	1.011,0	344,8	51,8%
I.4.9 Demais Receitas	33.198,8	42.763,7	9.564,9	28,8%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>192.097,7</b>	<b>203.543,3</b>	<b>11.445,6</b>	<b>6,0%</b>
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	158.405,0	161.403,6	2.998,6	1,9%
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>6.725,4</b>	<b>7.225,1</b>	<b>499,6</b>	<b>7,4%</b>
II.2.1 Repasse Total	8.831,6	10.420,3	1.588,7	18,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.106,2	-3.195,2	-1.089,1	51,7%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>10.773,0</b>	<b>11.054,0</b>	<b>281,0</b>	<b>2,6%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>13.797,0</b>	<b>20.816,3</b>	<b>7.019,3</b>	<b>50,9%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>1.239,3</b>	<b>1.698,7</b>	<b>459,4</b>	<b>37,1%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>1.157,9</b>	<b>1.345,6</b>	<b>187,6</b>	<b>16,2%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>994.199,9</b>	<b>1.029.285,7</b>	<b>35.085,8</b>	<b>3,5%</b>

**Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano**  
**R\$ Milhões - Valores de Nov/17 - IPCA**



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/17 Jan-Nov/16	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.241.864,7</b>	<b>1.246.269,5</b>	<b>4.404,8</b>	<b>0,4%</b>
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>784.131,2</b>	<b>766.964,9</b>	<b>-17.166,3</b>	<b>-2,2%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	30.187,8	30.113,5	-74,3	-0,2%
I.1.2 IPI	39.987,8	43.537,5	3.549,8	8,9%
I.1.2.1 IPI - Fumo	5.235,5	4.914,2	-321,2	-6,1%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.479,5	2.655,3	175,8	7,1%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	3.134,6	4.111,3	976,7	31,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	12.859,1	12.945,9	86,8	0,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	16.279,2	18.910,9	2.631,7	16,2%
I.1.3 Imposto de Renda	322.854,7	310.117,4	-12.737,3	-3,9%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	30.361,5	31.848,7	1.487,2	4,9%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	133.151,2	110.894,6	-22.256,6	-16,7%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	159.342,0	167.374,1	8.032,1	5,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	78.684,2	84.966,5	6.282,3	8,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	48.378,7	48.869,0	490,4	1,0%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	22.632,4	23.364,8	732,4	3,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	9.646,7	10.173,7	527,1	5,5%
I.1.4 IOF	32.079,1	32.024,6	-54,5	-0,2%
I.1.5 COFINS	196.315,6	217.718,3	21.402,7	10,9%
I.1.6 PIS/PASEP	51.656,2	57.870,2	6.214,0	12,0%
I.1.7 CSLL	67.258,4	71.644,1	4.385,7	6,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	5.762,0	5.419,6	-342,4	-5,9%
I.1.10 Outras	38.029,6	-1.480,4	-39.510,0	-
<b>I.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-11,1</b>	<b>-23,2</b>	<b>-12,1</b>	<b>108,6%</b>
<b>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>325.774,6</b>	<b>329.126,9</b>	<b>3.352,3</b>	<b>1,0%</b>
I.3.1 Urbana	318.304,0	320.729,0	2.425,0	0,8%
I.3.2 Rural	7.470,6	8.398,0	927,4	12,4%
<b>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>131.970,1</b>	<b>150.200,8</b>	<b>18.230,8</b>	<b>13,8%</b>
I.4.1 Concessões e Permissões	22.941,4	17.667,0	-5.274,5	-23,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	1.843,6	5.241,9	3.398,3	184,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.572,4	12.596,3	1.023,9	8,8%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	22.799,2	34.499,8	11.700,6	51,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	13.443,0	12.435,4	-1.007,6	-7,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	18.830,9	18.669,9	-160,9	-0,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	5.057,7	4.856,8	-200,9	-4,0%
I.4.8 Operações com Ativos	693,2	1.021,6	328,4	47,4%
I.4.9 Demais Receitas	34.788,7	43.212,3	8.423,6	24,2%
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>200.993,3</b>	<b>205.830,8</b>	<b>4.837,4</b>	<b>2,4%</b>
<b>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>165.726,4</b>	<b>163.241,4</b>	<b>-2.485,0</b>	<b>-1,5%</b>
<b>II.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>7.038,1</b>	<b>7.305,3</b>	<b>267,2</b>	<b>3,8%</b>
II.2.1 Repasse Total	9.268,8	10.538,7	1.269,9	13,7%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.230,7	-3.233,4	-1.002,7	44,9%
<b>II.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>11.286,9</b>	<b>11.179,2</b>	<b>-107,6</b>	<b>-1,0%</b>
<b>II.4 Compensações Financeiras</b>	<b>14.435,6</b>	<b>21.031,6</b>	<b>6.596,0</b>	<b>45,7%</b>
<b>II.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>1.305,6</b>	<b>1.719,0</b>	<b>413,5</b>	<b>31,7%</b>
<b>II.6 Demais</b>	<b>1.200,9</b>	<b>1.354,3</b>	<b>153,4</b>	<b>12,8%</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>1.040.871,4</b>	<b>1.040.438,7</b>	<b>-432,7</b>	<b>0,0%</b>

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017		Diferença Nov/17 Out/17	Variação (%)	Diferença Nov/17 Nov/16	Variação (%)
	Novembro	Outubro	Novembro				
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>183,3</b>	<b>82,4</b>	<b>346,3</b>	<b>263,9</b>	<b>320,4%</b>	<b>163,0</b>	<b>88,9%</b>
Banco do Brasil	159,7	0,0	324,5	324,5	-	164,8	103,2%
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	21,2	21,2	-	21,2	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	23,6	82,4	0,6	-81,8	-99,3%	-23,0	-97,5%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Nov/17 - IPCA

Discriminação	2016	2017		Diferença Dez/16 Nov/16	Variação (%)	Diferença Dez/16 Dez/15	Variação (%)
	Novembro	Outubro	Novembro				
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>188,5</b>	<b>82,6</b>	<b>346,3</b>	<b>263,7</b>	<b>319,2%</b>	<b>157,8</b>	<b>83,7%</b>
Banco do Brasil	164,2	0,0	324,5	324,5	-	160,3	97,6%
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	21,2	21,2	-	21,2	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	24,3	82,6	0,6	-82,0	-99,3%	-23,7	-97,5%

**Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano**  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/17 Jan-Nov/16	
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.765,7</b>	<b>5.178,4</b>	<b>3.412,8</b>	<b>193,3%</b>
Banco do Brasil	1.216,2	1.254,9	38,6	0,0
BNB	37,0	100,9	63,9	1,7
BNDES	0,0	3.412,4	3.412,4	-
Caixa	57,1	0,0	-57,1	-1,0
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	71,8	73,8	2,0	0,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	383,5	336,4	-47,2	-0,1

**Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano**  
R\$ Milhões - Valores de Nov/17 - IPCA

Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Dez/16 Jan-Dez/15	
<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.843,6</b>	<b>5.241,9</b>	<b>3.398,3</b>	<b>184,3%</b>
Banco do Brasil	1.268,2	1.264,7	-3,5	0,0
BNB	38,4	102,1	63,7	1,7
BNDES	0,0	3.460,2	3.460,2	-
Caixa	60,6	0,0	-60,6	-1,0
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	76,0	74,6	-1,4	0,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	400,3	340,3	-60,0	-0,1

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017		Diferença Nov/17	Variação (%) Out/17	Diferença Nov/17	Variação (%) Nov/16
	Novembro	Outubro	Novembro				
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>113.005,1</b>	<b>98.121,1</b>	<b>105.371,4</b>	<b>7.250,3</b>	<b>7,4%</b>	<b>-7.633,7</b>	<b>-6,8%</b>
IV.1 Benefícios Previdenciários	47.529,8	43.989,4	48.150,7	4.161,2	9,5%	620,9	1,3%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	35.790,0	34.643,1	36.421,8	1.778,7	5,1%	631,8	1,8%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	3.349,0	657,0	694,0	37,1	5,6%	-2.655,0	-79,3%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	11.739,8	9.346,3	11.728,9	2.382,5	25,5%	-10,9	-0,1%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.103,7	178,2	224,7	46,5	26,1%	-878,9	-79,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.934,1	21.257,9	25.189,8	3.932,0	18,5%	-2.744,3	-9,8%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	5.109,3	167,3	246,2	78,9	47,2%	-4.863,1	-95,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	12.966,2	13.353,3	11.144,9	-2.208,5	-16,5%	-1.821,3	-14,0%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.622,9	4.730,7	4.050,5	-680,2	-14,4%	-572,3	-12,4%
Abono	1.270,0	1.500,0	1.190,0	-310,0	-20,7%	-80,0	-6,3%
Seguro Desemprego	3.352,9	3.230,7	2.860,5	-370,2	-11,5%	-492,3	-14,7%
d/q Seguro Defeso	83,8	53,4	68,2	14,9	27,8%	-15,5	-18,6%
IV.3.2 Anistiados	13,5	13,1	12,1	-1,0	-7,6%	-1,3	-10,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	4,1	0,0	0,0	0,0	-	-4,1	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	40,1	45,8	43,4	-2,4	-5,2%	3,3	8,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.190,4	4.565,7	4.405,1	-160,6	-3,5%	214,7	5,1%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	226,1	82,4	83,7	1,3	1,6%	-142,4	-63,0%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	396,8	431,7	425,0	-6,7	-1,6%	28,2	7,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	149,6	58,6	40,6	-18,0	-30,7%	-108,9	-72,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	967,5	950,5	668,8	-281,7	-29,6%	-298,7	-30,9%
IV.3.10 Convênios	17,9	14,5	18,2	3,7	25,7%	0,3	1,6%
IV.3.11 Doações	160,6	6,8	5,1	-1,7	-25,2%	-155,5	-96,8%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	159,7	96,4	18,3	-78,1	-81,0%	-141,4	-88,5%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	800,9	873,0	0,0	-873,0	-100,0%	-800,9	-100,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	110,8	126,1	112,4	-13,7	-10,9%	1,6	1,4%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	162,5	162,5	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	856,3	132,1	138,9	6,7	5,1%	-717,5	-83,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	181,0	408,8	386,2	-22,6	-5,5%	205,2	113,3%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	159,3	338,8	365,5	26,7	7,9%	206,2	129,5%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	22,9	11,3	10,7	-0,6	-5,4%	-12,2	-53,3%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	5,9	-8,6	0,6	9,2	-	-5,3	-89,2%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-148,2	202,2	148,6	-53,6	-26,5%	296,7	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	0,0	0,0	-	-0,1	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-150,6	179,4	126,9	-52,5	-29,3%	277,5	-
Garantia à Sustentação de Preços	2,4	22,8	21,7	-1,1	-4,8%	19,3	803,1%
IV.3.20.1.4 Pronaf	4,1	23,9	12,6	-11,3	-47,4%	8,5	206,7%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	12,5	30,1	20,1	-10,0	-33,3%	7,6	61,3%
Concessão de Financiamento	-8,4	-6,2	-7,5	-1,3	21,6%	0,9	-10,2%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	95,2	90,8	-104,2	-195,0	-	-199,5	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	41,0	51,8	73,1	21,4	41,3%	32,2	78,5%
Concessão de Financiamento	54,3	39,0	-177,4	-216,4	-	-231,6	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	168,1	7,4	38,4	31,0	422,1%	-129,7	-77,2%
IV.3.20.1.7 Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-11,0	-1,8	93,2	95,0	-	104,1	-
IV.3.20.1.12 Funcafá	18,8	13,1	15,9	2,7	20,8%	-3,0	-15,7%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	3,4	2,0	2,0	-0,1	-3,3%	-1,4	-41,7%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	148,0	148,0	-	148,0	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-1,5	-0,1	1,4	-92,2%	-0,1	-
IV.3.20.2 Proagro	0,0	70,0	70,0	0,0	0,0%	70,0	-
IV.3.20.3 PNAFE	21,7	0,0	-49,3	-49,3	-	-71,0	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	18,6	15,8	38,8	23,0	145,3%	20,2	108,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	0,0	76,8	77,1	0,3	0,4%	77,1	-
IV.3.23 FIES	113,0	644,2	541,7	-102,5	-15,5%	428,8	379,5%
<b>IV.4 Despesas Discretorísticas - Todos os Poderes</b>	<b>24.575,1</b>	<b>19.520,5</b>	<b>20.886,0</b>	<b>1.365,5</b>	<b>7,0%</b>	<b>-3.689,1</b>	<b>-15,0%</b>
IV.4.1 Discretorísticas Executivo	23.542,0	18.597,3	19.894,6	1.297,3	7,0%	-3.647,3	-15,5%
IV.4.1.1 PAC	2.976,3	2.001,5	2.032,0	30,5	1,5%	-944,3	-31,7%
d/q MCMV	580,6	141,6	254,7	113,1	79,9%	-325,9	-56,1%
IV.4.1.2 Demais	20.565,4	16.592,1	17.862,7	1.270,5	7,7%	-2.702,7	-13,1%
Min. da Saúde	8.676,1	7.577,9	7.347,5	-230,4	-3,0%	-1.328,6	-15,3%
Min. do Des. Social	2.842,4	2.523,2	2.924,8	401,5	15,9%	82,4	2,9%
Min. da Educação	2.666,7	2.694,1	2.771,4	77,2	2,9%	104,6	3,9%
Demais	6.380,1	3.796,8	4.819,0	1.022,2	26,9%	-1.561,1	-24,5%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,3	3,8	0,0	-3,8	-100,0%	-0,3	-100,0%
IV.4.2 LEUJ/MPU	1.033,1	923,1	991,4	68,3	7,4%	-41,7	-4,0%
Legislativo	152,6	130,9	147,7	16,9	12,9%	-4,9	-3,2%
Judicial	636,2	627,6	667,8	40,3	6,4%	31,6	5,0%
Demais	244,3	164,7	175,8	11,1	6,8%	-68,5	-28,0%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores de Nov/17 - IPCA

Discriminação	2016	2017		Diferença Nov/17 Out/17	Variação (%) Nov/17 Out/17	Diferença Nov/17 Nov/16	Variação (%) Nov/17 Nov/16
		Novembro	Outubro				
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	116.173,6	98.395,9	105.371,4	6.975,5	7,1%	-10.802,2	-9,3%
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	48.862,4	44.112,6	48.150,7	4.038,0	9,2%	-711,7	-1,5%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	36.793,5	34.740,1	36.421,8	1.681,7	4,8%	-371,7	-1,0%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	3.442,9	658,8	694,0	35,2	5,3%	-2.748,9	-79,8%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	12.069,0	9.372,5	11.728,9	2.356,4	25,1%	-340,1	-2,8%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.134,6	178,7	224,7	46,0	25,7%	-909,9	-80,2%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	28.717,3	21.317,4	25.189,8	3.872,4	18,2%	-3.527,5	-12,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	5.252,6	167,7	246,2	78,4	46,8%	-5.006,4	-95,3%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	13.329,7	13.390,7	11.144,9	-2.245,9	-16,8%	-2.184,8	-16,4%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.752,5	4.744,0	4.050,5	-693,5	-14,6%	-702,0	-14,8%
Abono	1.305,6	1.504,2	1.190,0	-314,2	-20,9%	-115,6	-8,9%
Seguro Desemprego	3.446,9	3.239,8	2.860,5	-379,3	-11,7%	-586,3	-17,0%
d/q <i>Seguro Defeso</i>	86,1	53,5	68,2	14,7	27,5%	-17,9	-20,8%
IV.3.2 Anistiados	13,9	13,2	12,1	-1,0	-7,9%	-1,7	-12,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	4,2	0,0	0,0	0,0	-	-4,2	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	41,2	45,9	43,4	-2,5	-5,5%	2,2	5,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.307,8	4.578,5	4.405,1	-173,4	-3,8%	97,3	2,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	232,5	82,6	83,7	1,1	1,3%	-148,8	-64,0%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	408,0	432,9	425,0	-7,9	-1,8%	17,0	4,2%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	153,8	58,8	40,6	-18,1	-30,9%	-113,1	-73,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	994,6	953,2	668,8	-284,4	-29,8%	-325,8	-32,8%
IV.3.10 Convênios	18,4	14,5	18,2	3,7	25,3%	-0,2	-1,2%
IV.3.11 Doações	165,1	6,8	5,1	-1,7	-25,4%	-160,0	-96,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	164,2	96,7	18,3	-78,4	-81,0%	-145,9	-88,8%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	823,4	875,5	0,0	-875,5	-100,0%	-823,4	-100,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	113,9	126,5	112,4	-14,1	-11,1%	-1,5	-1,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,1	163,0	162,5	-0,5	-0,3%	-4,6	-2,7%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fóiseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	880,3	132,5	138,9	6,4	4,8%	-741,5	-84,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	186,1	410,0	386,2	-23,8	-5,8%	200,1	107,5%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	163,8	339,8	365,5	25,7	7,6%	201,8	123,2%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	23,6	11,3	10,7	-0,6	-5,7%	-12,9	-54,6%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-152,3	202,7	148,6	-54,2	-26,7%	300,9	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	0,0	0,0	-	-0,1	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-154,9	179,9	126,9	-53,0	-29,5%	281,8	-
Garantia à Sustentação de Preços	2,5	22,8	21,7	-1,2	-5,1%	19,2	778,5%
IV.3.20.1.4 Pronaf	4,2	24,0	12,6	-11,4	-47,5%	8,4	198,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	12,8	30,2	20,1	-10,1	-33,4%	7,3	56,9%
Concessão de Financiamento	-8,6	-6,2	-7,5	-1,3	21,3%	1,1	-12,6%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	97,9	91,0	-104,2	-195,3	-	-202,1	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	42,1	51,9	73,1	21,2	40,9%	31,0	73,6%
Concessão de Financiamento	55,8	39,1	-177,4	-216,5	-	-233,2	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	172,8	7,4	38,4	31,0	420,7%	-134,4	-77,8%
IV.3.20.1.7 Ácool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-11,3	-1,8	93,2	95,0	-	104,4	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	19,4	13,2	15,9	2,7	20,4%	-3,5	-18,0%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	3,5	2,0	2,0	-0,1	-3,6%	-1,5	-43,3%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	148,0	148,0	-	148,0	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-1,5	-0,1	1,4	-92,2%	-0,1	-
IV.3.20.2 Proagro	0,0	70,2	70,0	-0,2	-0,3%	70,0	-
IV.3.20.3 PNAFE	22,3	0,0	-49,3	-49,3	-	-71,6	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	19,1	15,9	38,8	23,0	144,6%	19,7	103,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	0,0	77,0	77,1	0,1	0,2%	77,1	-
IV.3.23 FIES	116,1	646,0	541,7	-104,3	-16,1%	425,6	366,5%
<b>IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes</b>	25.264,1	19.575,1	20.886,0	1.310,9	6,7%	-4.378,1	-17,3%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	24.202,0	18.649,4	19.894,6	1.245,2	6,7%	-4.307,4	-17,8%
IV.4.1.1 PAC	3.059,7	2.007,1	2.032,0	24,9	1,2%	-1.027,8	-33,6%
d/q MCMV	596,9	142,0	254,7	112,7	79,4%	-342,2	-57,3%
IV.4.1.2 Demais	21.142,0	16.638,6	17.862,7	1.224,0	7,4%	-3.279,4	-15,5%
Min. da Saúde	8.919,3	7.599,1	7.347,5	-251,6	-3,3%	-1.571,8	-17,6%
Min. do Des. Social	2.922,1	2.530,3	2.924,8	394,5	15,6%	2,7	0,1%
Min. da Educação	2.741,5	2.701,7	2.771,4	69,7	2,6%	29,8	1,1%
Demais	6.559,0	3.807,5	4.819,0	1.011,5	26,6%	-1.740,0	-26,5%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,3	3,8	0,0	-3,8	-100,0%	-0,3	-100,0%
IV.4.2 LEU/MPU	1.062,1	925,7	991,4	65,7	7,1%	-70,7	-6,7%
Legislativo	156,9	131,2	147,7	16,5	12,6%	-9,1	-5,8%
Judiciário	654,1	629,3	667,8	38,5	6,1%	13,8	2,1%
Demais	251,2	165,1	175,8	10,7	6,5%	-75,3	-30,0%

**Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano**  
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/17 Jan-Nov/16	
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.093.028,8</b>	<b>1.131.204,7</b>	<b>38.175,9</b>	<b>3,5%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>454.189,8</b>	<b>498.383,9</b>	<b>44.194,0</b>	<b>9,7%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	353.260,2	389.576,2	36.316,0	10,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	8.297,0	9.702,8	1.405,9	16,9%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	100.929,7	108.807,7	7.878,1	7,8%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	2.495,1	2.692,8	197,7	7,9%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>229.383,6</b>	<b>254.078,1</b>	<b>24.694,5</b>	<b>10,8%</b>
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	7.514,6	6.988,0	-526,6	-7,0%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>173.731,3</b>	<b>168.357,9</b>	<b>-5.373,4</b>	<b>-3,1%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	52.492,6	50.321,7	-2.170,9	-4,1%
Abono	17.739,6	15.165,9	-2.573,7	-14,5%
Seguro Desemprego	34.753,0	35.155,8	402,8	1,2%
d/q Seguro Defeso	1.175,5	2.234,9	1.059,4	90,1%
IV.3.2 Anistiados	182,7	162,0	-20,7	-11,3%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	2.900,0	0,0	-2.900,0	-100,0%
IV.3.4 Auxílio CDE	269,2	0,0	-269,2	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	488,1	520,6	32,5	6,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	44.960,1	49.242,3	4.282,2	9,5%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	961,2	953,8	-7,4	-0,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.832,0	4.809,5	-22,5	-0,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3.285,0	673,2	-2.611,8	-79,5%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	16.480,5	13.008,9	-3.471,6	-21,1%
IV.3.10 Convênios	180,1	187,0	6,9	3,8%
IV.3.11 Doações	422,5	58,1	-364,4	-86,3%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	643,5	788,9	145,4	22,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	11.617,6	11.291,3	-326,3	-2,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.048,5	1.320,0	271,6	25,9%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	3.745,3	1.787,5	-1.957,8	-52,3%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	2.126,6	10.487,9	8.361,3	393,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	22.983,4	18.360,7	-4.622,7	-20,1%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	21.816,4	18.020,5	-3.795,9	-17,4%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.797,2	2.029,0	231,8	12,9%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.963,0	2.165,6	-797,4	-26,9%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-531,7	422,9	954,6	-
<i>Equalização Emprestimo do Governo Federal</i>	81,1	74,0	-7,1	-8,7%
<i>Equalização Aquisições do Governo Federal</i>	-661,9	200,0	861,9	-
<i>Garantia à Sustentação de Preços</i>	49,1	148,8	99,8	203,3%
IV.3.20.1.4 Pronaf	5.100,2	4.051,4	-1.048,8	-20,6%
<i>Equalização Emprestimo do Governo Federal</i>	5.354,5	4.067,9	-1.286,5	-24,0%
<i>Concessão de Financiamento</i>	-254,2	-16,5	237,7	-93,5%
<i>Aquisição</i>	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	727,7	380,2	-347,5	-47,7%
<i>Equalização Emprestimo do Governo Federal</i>	625,3	585,3	-40,0	-6,4%
<i>Concessão de Financiamento</i>	102,4	-205,1	-307,5	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	536,3	167,4	-368,9	-68,8%
IV.3.20.1.7 Álcool	56,6	46,0	-10,5	-18,6%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-72,4	102,0	174,4	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	85,1	96,5	11,3	13,3%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	26,0	16,3	-9,7	-37,2%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	10.216,9	7.906,6	-2.310,3	-22,6%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	5,7	6,3	0,6	11,4%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	645,6	590,5	-55,1	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Sub. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	202,2	0,0	-202,2	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Económicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	68,4	47,2	-21,2	-30,9%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-10,4	-7,4	3,0	-
IV.3.20.2 Proagro	1.127,8	509,5	-618,3	-54,8%
IV.3.20.3 PNAFE	-106,6	-169,3	-62,7	58,8%
IV.3.20.4 PRODECER	145,8	0,0	-145,8	-
IV.3.21 Transferências ANA	227,5	264,1	36,6	16,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	148,6	817,0	668,4	449,8%
IV.3.23 FIES	4.697,4	4.257,0	-440,4	-9,4%
<b>IV.4 Despesas Discretorísticas - Todos os Poderes</b>	<b>235.724,0</b>	<b>210.384,8</b>	<b>-25.339,2</b>	<b>-10,7%</b>
IV.4.1 Discretorísticas Executivo	224.632,8	200.463,0	-24.169,9	-10,8%
IV.4.1.1 PAC	31.917,2	19.800,0	-12.117,2	-38,0%
d/q MCMV	5.855,1	2.364,6	-3.490,5	-59,6%
IV.4.1.2 Demais	192.555,9	180.629,5	-11.926,4	-6,2%
Min. da Saúde	87.889,8	86.649,7	-1.240,1	-1,4%
Min. do Des. Social	28.595,5	29.699,1	1.103,6	3,9%
Min. da Educação	29.516,9	26.953,4	-2.563,6	-8,7%
Demais	46.553,6	37.327,4	-9.226,3	-19,8%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	159,7	33,5	-126,3	-79,1%
IV.4.2 LEIU/MPU	11.091,2	9.921,9	-1.169,3	-10,5%
Legislativo	1.584,1	1.479,7	-104,4	-6,6%
Judiciário	7.114,4	6.639,3	-475,1	-6,7%
Demais	2.392,7	1.802,9	-589,8	-24,7%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - Valores de Nov/17 - IPCA



Discriminação	2016 Jan-Nov	2017 Jan-Nov	Diferença Jan-Nov/17 Jan-Nov/16	Variação (%)
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.143.571,5</b>	<b>1.143.449,4</b>	<b>-122,1</b>	<b>0,0%</b>
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>474.741,4</b>	<b>503.661,6</b>	<b>28.920,2</b>	<b>6,1%</b>
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	369.253,5	393.710,3	24.456,8	6,6%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	8.624,6	9.800,3	1.175,8	13,6%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	105.487,9	109.951,3	4.463,5	4,2%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	2.592,3	2.719,6	127,3	4,9%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>239.877,9</b>	<b>256.844,8</b>	<b>16.966,9</b>	<b>7,1%</b>
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	7.766,1	7.060,2	-705,9	-9,1%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>182.291,9</b>	<b>170.355,5</b>	<b>-11.936,5</b>	<b>-6,5%</b>
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	55.038,0	50.899,6	-4.138,4	-7,5%
Abono	18.669,5	15.353,2	-3.316,3	-17,8%
Seguro Desemprego	36.368,5	35.546,4	-822,1	-2,3%
d/q Seguro Defeso	1.240,8	2.267,6	1.026,8	82,8%
IV.3.2 Anistiados	191,5	163,8	-27,7	-14,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	3.010,0	0,0	-3.010,0	-100,0%
IV.3.4 Auxílio CDE	283,0	0,0	-283,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	510,6	526,3	15,7	3,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	47.036,3	49.778,1	2.741,9	5,8%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.004,0	963,4	-40,6	-4,0%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	5.057,9	4.856,8	-201,1	-4,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3.462,1	681,3	-2.780,8	-80,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	17.322,9	13.161,7	-4.161,2	-24,0%
IV.3.10 Convênios	188,7	189,0	0,2	0,1%
IV.3.11 Doações	440,4	58,7	-381,7	-86,7%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	667,1	796,7	129,6	19,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	12.207,3	11.443,1	-764,2	-6,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.095,7	1.334,5	238,8	21,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	3.923,4	1.807,1	-2.116,4	-53,9%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	2.210,5	10.618,7	8.408,2	380,4%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	24.322,5	18.641,9	-5.680,6	-23,4%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	23.092,0	18.297,8	-4.794,2	-20,8%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.907,4	2.061,9	154,5	8,1%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	3.143,6	2.200,8	-942,8	-30,0%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-551,0	422,6	973,6	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	86,7	75,3	-11,5	-13,2%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-689,4	197,4	886,8	-
Garantia à Sustentação de Preços	51,7	149,9	98,3	190,2%
IV.3.20.1.4 Pronaf	5.407,0	4.115,7	-1.291,3	-23,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	5.670,8	4.132,2	-1.538,6	-27,1%
Concessão de Financiamento	-263,8	-16,5	247,3	-93,8%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	764,2	386,6	-377,6	-49,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	655,3	591,3	-64,0	-9,8%
Concessão de Financiamento	109,0	-204,7	-313,7	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	559,8	169,1	-390,7	-69,8%
IV.3.20.1.7 Álcool	59,8	46,8	-13,0	-21,7%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-74,4	101,9	176,3	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	88,9	97,4	8,5	9,6%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	27,4	16,6	-10,8	-39,4%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	10.797,5	8.036,0	-2.761,6	-25,6%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,0	6,4	0,4	7,2%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	676,7	595,5	-81,2	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	217,5	0,0	-217,5	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	72,7	48,0	-24,7	-34,0%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-11,1	-7,5	3,6	-
IV.3.20.2 Proagro	1.187,4	515,5	-671,9	-56,6%
IV.3.20.3 PNafe	-112,1	-171,4	-59,3	52,9%
IV.3.20.4 PRODECER	155,2	0,0	-155,2	-
IV.3.21 Transferências ANA	238,4	266,6	28,3	11,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	158,8	825,8	667,0	420,0%
IV.3.23 FIES	4.926,8	4.305,8	-621,0	-12,6%
<b>IV.4 Despesas Discretorionárias - Todos os Poderes</b>	<b>246.660,3</b>	<b>212.587,5</b>	<b>-34.072,7</b>	<b>-13,8%</b>
IV.4.1 Discretorionárias Executivo	235.064,9	202.562,6	-32.502,3	-13,8%
IV.4.1.1 PAC	33.474,2	19.997,7	-13.476,5	-40,3%
d/q MCMV	6.126,3	2.388,9	-3.737,4	-61,0%
IV.4.1.2 Demais	201.424,4	182.531,1	-18.893,3	-9,4%
Min. da Saúde	91.936,8	87.581,6	-4.355,1	-4,7%
Min. da Des. Social	29.913,5	30.022,9	109,4	0,4%
Min. da Educação	30.915,3	27.231,5	-3.683,8	-11,9%
Demais	48.658,9	37.695,1	-10.963,7	-22,5%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	166,4	33,8	-132,6	-79,7%
IV.4.2 LEIU/MPU	11.595,3	10.024,9	-1.570,4	-13,5%
Legislativo	1.654,9	1.495,0	-159,9	-9,7%
Judiciário	7.440,9	6.708,2	-732,7	-9,8%
Demais	2.499,6	1.821,8	-677,8	-27,1%

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão<sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	Jan-Nov/2016						Jan-Nov/2017					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>2/</sup>			Dotação autorizada no ano <sup>4/</sup>	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>2/</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>3/</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>3/</sup>	Total
<b>INVESTIMENTO TOTAL</b>	<b>63.107,1</b>	<b>41.291,4</b>	<b>20.017,2</b>	<b>18.673,5</b>	<b>28.369,2</b>	<b>47.042,7</b>	<b>65.790,4</b>	<b>34.764,9</b>	<b>16.332,0</b>	<b>15.273,3</b>	<b>16.322,1</b>	<b>31.595,4</b>
Câmara dos Deputados	48,4	17,8	3,5	2,7	31,8	34,5	0,0	12,2	7,6	6,4	14,4	20,8
Senado Federal	30,4	14,7	11,2	11,1	39,6	50,7	43,8	38,1	20,6	20,6	7,4	28,0
Tribunal de Contas da União	78,8	46,4	16,7	16,7	71,0	87,7	61,6	18,0	6,6	6,6	43,6	50,2
Supremo Tribunal Federal	4,8	3,0	2,1	2,1	4,4	6,5	34,9	16,8	3,1	3,1	0,5	3,6
Superior Tribunal de Justiça	12,3	2,8	0,6	0,6	11,6	12,2	24,2	7,0	1,6	1,6	18,3	19,9
Justiça Federal	158,7	788,1	755,5	755,4	-561,0	194,4	523,8	1.107,4	964,5	962,6	93,6	1.056,2
Justiça Militar	2,2	1,3	0,3	0,3	3,4	3,7	7,9	3,6	0,5	0,5	0,6	1,1
Justiça Eleitoral	174,8	88,2	37,3	34,6	350,6	385,3	535,5	113,2	25,9	25,0	56,3	81,3
Justiça do Trabalho	204,4	88,6	16,8	16,1	181,8	197,9	748,5	319,2	90,5	86,7	84,2	170,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	31,8	15,3	3,7	3,5	52,6	56,1	111,6	61,2	12,6	1,9	15,7	17,6
Conselho Nacional de Justiça	55,5	7,9	3,0	3,0	35,4	38,3	45,2	2,5	0,3	0,3	1,2	1,4
Presidência da República <sup>5/</sup>	3.238,2	2.071,2	1.700,7	1.700,7	698,7	2.399,4	1.291,7	247,7	54,0	50,3	205,4	255,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.379,8	906,6	545,9	545,9	98,1	644,0	1.069,2	357,4	309,3	296,0	110,8	406,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	915,3	375,1	103,0	17,6	294,5	312,1	1.009,4	555,1	50,9	5,9	281,6	287,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	666,7	437,5	182,0	70,2	346,9	417,1	1.295,9	405,2	311,8	242,0	259,2	501,3
Ministério da Fazenda	1.869,7	1.845,0	778,5	778,1	294,4	1.072,5	1.682,9	833,2	600,1	596,9	341,3	938,2
Ministério da Educação	6.629,0	4.136,0	1.018,8	877,4	3.614,9	4.492,3	6.242,2	2.726,5	754,3	681,0	2.644,4	3.325,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	260,3	28,5	4,1	2,7	2,6	5,3	113,2	16,1	3,7	3,7	14,1	17,7
Defensoria Pública da União	21,5	7,4	7,2	7,2	9,9	17,0	27,2	6,6	6,1	6,1	6,1	12,2
Ministério da Justiça	1.013,9	428,1	125,6	123,7	616,2	739,9	1.612,6	386,5	137,0	136,4	804,2	940,6
Ministério de Minas e Energia	5.767,9	2.941,1	2.916,8	2.916,7	29,9	2.946,6	73,7	16,6	6,2	6,1	18,7	24,8
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério Público da União	178,9	70,9	24,4	24,3	229,7	253,9	266,8	109,9	52,1	51,5	108,4	159,9
Ministério das Relações Exteriores	40,3	23,0	10,9	10,9	4,3	15,1	49,9	24,0	15,9	15,9	24,8	40,6
Ministério da Saúde	6.996,6	3.605,5	1.101,0	1.017,9	2.698,6	3.716,5	7.432,2	3.438,4	780,2	745,1	1.928,4	2.673,6
Ministério da Transparéncia, Fiscalização e CGU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,1	1,6	0,3	0,3	4,5	4,7
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério dos Transportes	8.264,0	5.619,3	2.892,9	2.579,6	6.510,5	9.090,1	14.000,3	8.961,0	5.586,0	5.066,5	3.459,7	8.526,2
Ministério do Trabalho e Previdência Social	130,0	44,4	7,4	7,2	26,9	34,0	94,8	48,9	3,0	3,0	22,8	25,8
Ministério das Comunicações	819,1	688,9	632,7	632,4	32,4	664,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Cultura	199,9	121,4	60,1	58,1	117,0	175,1	339,6	115,5	55,8	54,6	43,7	98,3
Ministério do Meio Ambiente	141,2	24,6	3,7	3,1	43,3	46,4	566,1	37,0	21,1	20,6	40,9	61,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.145,7	405,9	113,3	108,4	267,6	376,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7
Ministério do Esporte	996,8	557,9	29,9	29,9	651,5	681,4	707,1	485,2	44,8	44,8	217,9	262,7
Ministério da Defesa	7.531,8	6.738,4	2.230,7	1.649,4	4.728,0	6.377,4	9.934,1	7.040,0	3.405,7	3.245,5	2.112,4	5.357,8
Ministério da Integração Nacional	5.102,3	2.693,7	1.031,7	1.021,5	1.985,0	3.006,5	5.332,5	2.444,0	742,1	729,8	1.318,0	2.047,8
Ministério do Turismo	584,6	339,0	1,6	1,6	442,2	443,8	468,0	288,3	0,2	0,1	264,8	265,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	268,4	171,2	27,8	27,8	307,7	335,5	214,1	80,7	9,1	8,3	146,6	155,0
Ministério das Cidades	8.021,2	5.928,5	3.615,7	3.614,9	4.065,0	7.679,9	9.793,9	4.432,7	2.247,5	2.146,4	1.580,9	3.727,3
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	89,7	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Agricultura	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	2,7	2,3	0,0	0,0	2,1	2,2	4,2	2,3	0,5	0,5	2,2	2,7
Advocacia Geral da União	29,5	1,1	0,2	0,1	23,7	23,8	20,8	3,4	0,7	0,7	8,8	9,5
Ministério dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0	0,3	0,3

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Correspondem ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

**Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central<sup>1/</sup> - Brasil - Mensal**  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2016	2016/2017		Diferença Nov/17 Out/17	Variação (%)	Diferença Nov/17 Nov/16	Variação (%)
	Novembro	Outubro	Novembro				
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>8.518,6</b>	<b>8.356,4</b>	<b>8.571,2</b>	<b>214,8</b>	<b>1,9%</b>	<b>52,6</b>	<b>0,6%</b>
Emissão de Títulos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Remuneração das Disponibilidades	7.972,7	7.255,1	7.477,9	222,8	3,1%	494,8	-6,2%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	545,9	1.101,3	1.093,3	-8,0	-0,7%	547,3	100,3%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>7.186,2</b>	<b>23.000,0</b>	<b>6.216,6</b>	<b>-16.783,4</b>	<b>-73,0%</b>	<b>-969,6</b>	<b>-13,5%</b>
Resgate de Títulos	0,0	18.500,0	0,0	-18.500,0	-	0,0	-
Encargos da DPMF	7.186,2	4.500,0	6.216,6	1.716,6	38,1%	-969,6	-13,5%
<b>3. RESULTADO (1 - 2)</b>	<b>1.332,4</b>	<b>-14.643,6</b>	<b>2.354,6</b>	<b>16.998,2</b>	<b>-</b>	<b>1.022,2</b>	<b>76,7%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

**Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central<sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no Ano  
R\$ Milhões - a Preços Correntes**



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/17 Jan-Nov/16	
<b>1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>437.173,2</b>	<b>206.397,6</b>	<b>-230.775,6</b>	<b>-52,8%</b>
Emissão de Títulos	173.519,3	88.211,4	-85.307,9	-
Remuneração das Disponibilidades	97.501,2	85.271,9	-12.229,3	-12,5%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	9.866,7	13.487,5	3.620,8	36,7%
Resultado do Banco Central	156.285,9	19.426,8	-136.859,2	-
<b>2. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>298.147,2</b>	<b>225.876,6</b>	<b>-72.270,6</b>	<b>-24,2%</b>
Resgate de Títulos	230.996,4	170.747,3	-60.249,2	-26,1%
Encargos da DPMF	67.150,8	55.129,3	-12.021,4	-17,9%
<b>3. RESULTADO (1 - 2)</b>	<b>139.026,0</b>	<b>-19.479,0</b>	<b>-158.505,0</b>	<b>-114,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2016 Novembro	2016/2017		Diferença Nov/17 Out/17	Variação (%)	Diferença Nov/17 Nov/16	Variação (%)
		Outubro	Novembro				
<b>1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>							
Dívida Interna	1.580.228,3	2.258.333,5	2.296.471,7	38.138,2	1,7%	716.243,4	45,3%
<i>DPMFI em Poder do Públíco</i> <sup>1/</sup>	<b>2.961.422,3</b>	<b>3.311.409,8</b>	<b>3.371.981,2</b>	<b>60.571,4</b>	<b>1,8%</b>	<b>410.558,9</b>	<b>13,9%</b>
LFT	4.285.560,2	4.918.583,9	4.986.603,8	68.019,9	1,4%	701.043,6	16,4%
LTN	849.496,0	1.076.837,0	1.094.716,2	17.879,2	1,7%	245.220,2	28,9%
NTN-B	712.370,1	802.704,3	832.758,9	30.054,6	3,7%	120.388,8	16,9%
NTN-C	877.049,8	934.969,5	939.746,1	4.776,6	0,5%	62.696,4	7,1%
NTN-F	85.444,2	71.843,5	72.748,3	904,8	1,3%	-12.696,0	-14,9%
Dívida Securitizada	388.849,3	377.116,6	384.681,3	7.564,7	2,0%	-4.168,0	-1,1%
Demais Títulos em Poder do Públíco	8.408,8	7.744,8	7.376,6	-368,1	-4,8%	-1.032,2	-12,3%
<i>DPMFI em Poder do Banco Central</i>	<b>1.350.795,6</b>	<b>1.639.000,5</b>	<b>1.645.771,7</b>	<b>6.771,2</b>	<b>0,4%</b>	<b>294.976,1</b>	<b>21,8%</b>
LFT	306.003,3	524.231,5	527.219,8	2.988,3	0,6%	221.216,5	72,3%
LTN	338.080,1	396.969,4	400.651,8	3.682,4	0,9%	62.571,7	18,5%
Demais Títulos na Carteira do BCB	706.712,2	717.799,6	717.900,0	100,5	0,0%	11.187,9	1,6%
<i>(-) Aplicações em Títulos Públicos</i>	<b>-34.671,9</b>	<b>-38.955,4</b>	<b>-38.266,3</b>	<b>689,1</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-3.594,5</b>	<b>10,4%</b>
<i>Demais Obrigações Internas</i>	<b>8.014,2</b>	<b>7.129,0</b>	<b>7.117,2</b>	<b>-11,8</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-897,0</b>	<b>-11,2%</b>
Haveres Internos	2.705.331,9	2.660.250,3	2.690.132,1	29.881,8	1,1%	-15.199,8	-0,6%
<i>Disponibilidades Internas</i>	<b>936.296,2</b>	<b>1.027.623,4</b>	<b>1.064.378,0</b>	<b>36.754,6</b>	<b>3,6%</b>	<b>128.081,8</b>	<b>13,7%</b>
<i>Haveres junto aos Governos Regionais</i>	<b>571.521,9</b>	<b>561.798,0</b>	<b>562.919,9</b>	<b>1.121,8</b>	<b>0,2%</b>	<b>-8.602,1</b>	<b>-1,5%</b>
Bônus Renegociados	5.268,7	5.057,3	5.030,4	-26,9	-0,5%	-238,2	-4,5%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	626,9	560,1	553,5	-6,5	-1,2%	-73,4	-11,7%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	15.138,0	16.407,1	16.596,7	189,6	1,2%	1.458,6	9,6%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	11.412,2	9.826,1	9.791,1	-35,0	-0,4%	-1.621,1	-14,2%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	503.248,1	495.843,2	496.954,7	1.111,5	0,2%	-6.293,4	-1,3%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	32.327,7	31.856,3	31.756,7	-99,6	-0,3%	-571,0	-1,8%
Antecipação de Royalties	3.427,5	2.234,1	2.222,8	-11,4	-0,5%	-1.204,8	-35,1%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	72,9	13,9	14,1	0,2	1,2%	-58,8	-80,6%
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	<b>467.254,2</b>	<b>508.807,5</b>	<b>517.805,8</b>	<b>8.998,3</b>	<b>1,8%</b>	<b>50.551,7</b>	<b>10,8%</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	230.825,1	239.557,2	242.365,7	2.813,0	1,2%	11.540,6	5,0%
Fundos Constitucionais Regionais	112.616,2	125.775,5	126.711,4	935,9	0,7%	14.095,2	12,5%
Fundos Diversos	123.812,9	143.479,4	148.728,7	5.249,3	3,7%	24.915,8	20,1%
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	<b>730.259,6</b>	<b>562.021,4</b>	<b>545.028,4</b>	<b>-16.993,0</b>	<b>-3,0%</b>	<b>-185.231,2</b>	<b>-25,4%</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	910,0	197,6	197,4	-0,3	-0,1%	-712,7	-78,3%
Haveres de Operações Estruturadas	77.190,0	18.647,4	19.659,7	1.012,3	5,4%	-57.530,2	-74,5%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	628.060,5	520.309,3	505.933,5	-14.375,8	-2,8%	-122.127,0	-19,4%
Demais Haveres Administrados pela STN	24.099,1	22.867,1	19.237,8	-3.629,3	-15,9%	-4.861,3	-20,2%
<b>2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>130.008,8</b>	<b>126.059,7</b>	<b>120.279,7</b>	<b>-5.780,1</b>	<b>-4,6%</b>	<b>-9.729,1</b>	<b>-7,5%</b>
Dívida Externa	131.242,5	127.065,7	121.402,2	-5.663,5	-4,5%	-9.840,3	-7,5%
<i>Dívida Mobiliária</i>	<b>120.598,1</b>	<b>115.022,3</b>	<b>109.339,7</b>	<b>-5.682,6</b>	<b>-4,9%</b>	<b>-11.258,4</b>	<b>-9,3%</b>
Euro	4.824,9	3.867,0	3.947,4	80,3	2,1%	-877,6	-18,2%
Global US\$	105.032,4	100.511,7	94.662,7	-5.849,0	-5,8%	-10.369,7	-9,9%
Global BRL	10.740,7	10.643,6	10.729,6	86,0	0,8%	-11,1	-0,1%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<i>Dívida Contratual</i>	<b>10.644,4</b>	<b>12.043,4</b>	<b>12.062,5</b>	<b>19,1</b>	<b>0,2%</b>	<b>1.418,1</b>	<b>13,3%</b>
Organismos Multilaterais	3.979,4	3.572,3	3.492,4	-79,9	-2,2%	-487,0	-12,2%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.665,0	8.471,1	8.570,1	99,0	1,2%	1.905,1	28,6%
Haveres Externos	1.233,7	1.005,9	1.122,5	116,6	11,6%	-111,2	-9,0%
<i>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<b>1.233,7</b>	<b>1.005,9</b>	<b>1.122,5</b>	<b>116,6</b>	<b>11,6%</b>	<b>-111,2</b>	<b>-9,0%</b>
<b>3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)</b>	<b>1.710.237,1</b>	<b>2.384.393,3</b>	<b>2.416.751,4</b>	<b>32.358,1</b>	<b>1,4%</b>	<b>706.514,3</b>	<b>41,3%</b>
<b>4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2/</sup></b>	27,3%	36,7%	37,1%	0,4%	1,1%	9,78%	35,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal**  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016 Novembro	2016/2017		Diferença Nov/17 Out/17	Variação (%)	Diferença Nov/17 Nov/16	Variação (%)
		Outubro	Novembro				
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>64.739,3</b>	<b>79.604,0</b>	<b>75.243,5</b>	<b>-4.360,5</b>	<b>-5,5%</b>	<b>10.504,2</b>	<b>16,2%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	2.649,8	3.091,9	3.086,3	-5,6	-0,2%	436,6	16,5%
I.1.2 IPI	3.945,2	4.542,5	4.647,8	105,3	2,3%	702,6	17,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	447,9	478,3	485,3	7,0	1,5%	37,4	8,3%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	247,4	254,8	269,0	14,2	5,6%	21,5	8,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	214,1	394,1	366,3	-27,8	-7,1%	152,2	71,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.206,1	1.408,2	1.408,4	0,3	0,0%	202,4	16,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.829,7	2.007,1	2.118,8	111,7	5,6%	289,1	15,8%
I.1.3 Imposto de Renda	26.553,7	30.850,6	26.440,3	-4.410,3	-14,3%	-113,3	-0,4%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.507,6	2.347,8	2.243,4	-104,4	-4,4%	-264,2	-10,5%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	7.270,9	13.076,4	7.401,5	-5.674,9	-43,4%	130,7	1,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	16.775,2	15.426,3	16.795,4	1.369,0	8,9%	20,2	0,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	10.501,6	8.973,1	10.711,9	1.738,8	19,4%	210,3	2,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.506,4	3.624,3	3.286,7	-337,6	-9,3%	-219,7	-6,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.963,3	1.932,1	1.833,1	-99,0	-5,1%	-130,2	-6,6%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	803,9	896,9	963,6	66,8	7,4%	159,7	19,9%
I.1.4 IOF	2.750,3	2.814,9	2.722,6	-92,4	-3,3%	-27,7	-1,0%
I.1.5 COFINS	17.489,7	20.044,8	20.398,1	353,4	1,8%	2.908,4	16,6%
I.1.6 PIS/PASEP	4.519,6	5.192,0	5.413,9	221,9	4,3%	894,3	19,8%
I.1.7 CSLL	4.237,1	7.013,9	4.188,7	-2.825,2	-40,3%	-48,4	-1,1%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	504,4	482,6	508,5	25,9	5,4%	4,1	0,8%
I.1.10 Outras	2.089,5	5.570,8	7.837,3	2.266,5	40,7%	5.747,8	275,1%

**Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB ^ Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano**  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Nov	Jan-Nov	Jan-Nov/16	Jan-Nov/15
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>778.415,6</b>	<b>788.140,9</b>	<b>9.725,3</b>	<b>1,2%</b>
I.1.1 Imposto de Importação	28.907,1	29.893,7	986,6	3,4%
I.1.2 IPI	40.482,1	43.983,6	3.501,5	8,6%
I.1.2.1 IPI - Fumo	4.988,6	4.781,1	-207,5	-4,2%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.324,6	2.527,5	202,9	8,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	2.579,7	3.889,7	1.310,0	50,8%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	12.299,3	12.857,8	558,5	4,5%
I.1.2.5 IPI - Outros	18.289,9	19.927,5	1.637,6	9,0%
I.1.3 Imposto de Renda	329.296,0	324.194,7	-5.101,3	-1,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	29.018,1	30.978,6	1.960,6	6,8%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	133.702,1	112.285,7	-21.416,4	-16,0%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	166.575,8	180.930,4	14.354,6	8,6%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	90.216,0	101.159,9	10.943,8	12,1%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	45.988,0	47.506,8	1.518,7	3,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	21.209,6	22.326,0	1.116,4	5,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	9.162,1	9.937,7	775,6	8,5%
I.1.4 IOF	30.541,7	31.267,3	725,5	2,4%
I.1.5 COFINS	186.631,9	198.480,6	11.848,8	6,3%
I.1.6 PIS/PASEP	49.667,9	53.162,7	3.494,7	7,0%
I.1.7 CSLL	63.824,0	64.851,3	1.027,3	1,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	5.196,2	5.341,0	144,8	2,8%
I.1.10 Outras	43.868,6	36.966,0	-6.902,7	-15,7%

Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016 Novembro	2017 Outubro	2017 Novembro	Diferença Nov/17 Out/17	Variação (%)	Diferença Nov/17 Nov/16	Variação (%)
<b>I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>26.065,4</b>	<b>17.604,3</b>	<b>17.493,4</b>	<b>-110,9</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-8.572,0</b>	<b>-32,9%</b>
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	22.709,5	13.059,7	13.327,8	268,2	2,1%	-9.381,6	-41,3%
I.2 Fundos Constitucionais	977,0	708,7	-43,8	-752,5	-	-1.020,7	-
I.2.1 Repasse Total	286,8	1.066,8	181,0	-885,8	-83,0%	-105,8	-36,9%
I.2.2 Superávit dos Fundos	690,2	-358,1	-224,8	133,3	-37,2%	-914,9	-
I.3 Contribuição do Salário Educação	909,8	961,6	946,5	-15,2	-1,6%	36,7	4,0%
I.4 Compensações Financeiras	1.358,7	1.658,3	3.127,8	1.469,5	88,6%	1.769,1	130,2%
I.5 CIDE - Combustíveis	0,0	444,2	0,0	-444,2	-100,0%	0,0	-
I.6 Demais	110,5	771,8	135,0	-636,7	-82,5%	24,5	22,2%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	0,0	11,2	9,7	-1,5	-13,5%	9,7	-
I.6.3 IOF Ouro	0,0	1,8	1,9	0,1	6,3%	1,9	-
I.6.4 ITR	110,5	758,8	123,5	-635,3	-83,7%	13,0	11,8%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>115.425,2</b>	<b>98.588,7</b>	<b>118.792,9</b>	<b>20.204,2</b>	<b>20,5%</b>	<b>3.367,7</b>	<b>2,9%</b>
<b>II.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>43.753,0</b>	<b>43.767,5</b>	<b>55.671,0</b>	<b>11.903,6</b>	<b>27,2%</b>	<b>11.918,0</b>	<b>27,2%</b>
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	32.379,5	33.793,4	42.287,0	8.493,6	25,1%	9.907,5	30,6%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	10.697,6	9.118,6	12.490,5	3.371,8	37,0%	1.792,8	16,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	675,9	855,5	893,6	38,1	4,4%	217,6	32,2%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	28.409,5	21.274,9	30.721,7	9.446,9	44,4%	2.312,2	8,1%
<b>II.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>20.227,7</b>	<b>14.345,1</b>	<b>13.084,0</b>	<b>-1.261,2</b>	<b>-8,8%</b>	<b>-7.143,8</b>	<b>-35,3%</b>
II.3.1 Abono e seguro desemprego	4.622,9	4.730,7	4.050,5	-680,2	-14,4%	-572,3	-12,4%
II.3.2 Anistiados	17,9	12,2	18,8	6,6	54,0%	0,9	5,0%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	4,1	0,0	0,0	0,0	-	-4,1	-100,0%
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	45,5	46,3	47,2	0,9	2,0%	1,7	3,7%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.158,6	4.546,6	4.409,2	-137,4	-3,0%	1.250,6	39,6%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	396,8	431,7	425,0	-6,7	-1,6%	28,2	7,1%
II.3.8 Créditos Extraordinários	380,3	69,4	43,2	-26,2	-37,8%	-337,1	-88,7%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	967,5	950,5	668,8	-281,7	-29,6%	-298,7	-30,9%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	37,5	89,6	80,7	-8,9	-9,9%	43,2	115,1%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	159,7	96,4	18,3	-78,1	-81,0%	-141,4	-88,5%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	800,9	873,0	889,8	16,8	1,9%	88,9	11,1%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	106,9	125,8	111,1	-14,7	-11,7%	4,1	3,8%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	983,6	927,0	986,9	59,9	6,5%	3,3	0,3%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	162,5	0,0	0,0%	0,0	0,0	0,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	8.069,7	127,7	139,3	11,7	9,1%	-7.930,4	-98,3%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	181,0	408,8	386,2	-22,6	-5,5%	205,2	113,3%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	22,9	11,3	10,7	-0,6	-5,4%	-12,2	-53,3%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	5,9	-8,6	0,6	9,2	-	-5,3	-89,2%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	0,0	0,0	-	-0,1	-100,0%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-150,6	179,4	126,9	-52,5	-29,3%	277,5	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	2,4	22,8	21,7	-1,1	-4,8%	19,3	803,1%
II.3.19.6 Pronaf	4,1	23,9	12,6	-11,3	-47,4%	8,5	206,7%
II.3.19.7 Proex	95,2	90,8	-104,2	-195,0	-	-199,5	-
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	168,1	7,4	38,4	31,0	422,1%	-129,7	-77,2%
II.3.19.9 Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-11,0	-1,8	93,2	95,0	-	104,1	-
II.3.19.11 Funcafé	18,8	13,1	15,9	2,7	20,8%	-3,0	-15,7%
II.3.19.12 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	3,4	2,0	2,0	-0,1	-3,3%	-1,4	-41,7%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	148,0	148,0	-	148,0	-
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-1,5	-0,1	1,4	-92,2%	-0,1	-
II.3.19.19 Proagro	0,0	70,0	70,0	0,0	0,0%	70,0	-
II.3.19.20 PNafe	21,7	0,0	-49,3	-49,3	-	-71,0	-
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	19,3	25,9	27,6	1,7	6,6%	8,4	43,4%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	0,0	76,8	77,1	0,3	0,4%	77,1	-
II.3.22 Impacto Primário do FIES	113,0	644,2	541,7	-102,5	-15,9%	428,8	379,5%
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	23.034,9	19.201,2	19.316,1	114,9	0,6%	-3.718,7	-16,1%
<b>Memorando:</b>							
<b>III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)</b>	<b>141.490,5</b>	<b>116.193,0</b>	<b>136.286,3</b>	<b>20.093,3</b>	<b>17,3%</b>	<b>-5.204,3</b>	<b>-3,7%</b>
<b>IV. DESPESAS NÃO INCLUIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)</b>	<b>28.993,0</b>	<b>18.857,3</b>	<b>19.415,0</b>	<b>557,7</b>	<b>3,0%</b>	<b>-9.578,0</b>	<b>-33,0%</b>
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	26.876,9	18.692,1	19.346,6	654,5	3,5%	-7.530,3	-28,0%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	22.709,5	13.059,7	13.327,8	268,2	2,1%	-9.381,6	-41,3%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	909,8	961,6	946,5	-15,2	-1,6%	36,7	4,0%
IV.1.3 Compensações Financeiras	1.358,7	1.658,3	3.127,8	1.469,5	88,6%	1.769,1	130,2%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	0,0	444,2	0,0	-444,2	-100,0%	0,0	-
IV.1.5 Demais	1.899,0	2.968,3	1.944,5	-623,8	-24,3%	45,5	2,4%
<i>IOF Ouro</i>	0,0	1,8	1,9	0,1	6,3%	1,9	-
<i>ITR</i>	110,5	758,8	123,5	-635,3	-83,7%	13,0	11,8%
<i>FUNDEB (Complem. União)</i>	800,9	873,0	889,8	16,8	1,9%	88,9	11,1%
<i>Fundo Constitucional DF - FCDF</i>	987,6	934,7	929,3	-5,4	-0,6%	-58,3	-5,9%
<i>FCDF - OCC</i>	106,9	125,8	111,1	-14,7	-11,7%	4,1	3,8%
<i>FCDF - Pessoal</i>	880,7	808,9	818,3	9,4	1,2%	-62,4	-7,1%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	380,3	69,4	43,2	-26,2	-37,8%	-337,1	-88,7%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	0,0	-35,1%	0,0	-60,9%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	120,0	9,7	7,0	-2,7	-27,8%	-113,1	-94,2%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	65,1	9,3	6,8	-2,5	-27,1%	-58,3	-89,6%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	54,9	0,3	0,2	-0,2	-46,6%	-54,7	-99,7%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	1.615,7	86,1	18,3	-67,9	-78,8%	-1.597,5	-98,9%
<b>V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)</b>	<b>112.497,6</b>	<b>97.335,7</b>	<b>116.871,3</b>	<b>19.535,6</b>	<b>20,1%</b>	<b>4.373,7</b>	<b>3,9%</b>

Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016 Jan-Nov	2017 Jan-Nov	Diferença	Variação (%) Nov/17 Out/17
			10.286,1	
<b>I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>192.556,0</b>	<b>202.842,2</b>	<b>10.286,1</b>	<b>5,3%</b>
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	158.405,0	161.403,6	2.998,6	1,9%
I.2 Fundos Constitucionais	7.076,2	6.520,2	-556,0	-7,9%
I.2.1 Repasse Total	9.182,4	9.715,4	533,0	5,8%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-2.106,2	-3.195,2	-1.089,1	51,7%
I.3 Contribuição do Salário Educação	10.773,1	11.057,8	284,7	2,6%
I.4 Compensações Financeiras	13.904,7	20.816,3	6.911,6	49,7%
I.5 CIDE - Combustíveis	1.239,3	1.698,7	459,4	37,1%
I.6 Demais	1.157,7	1.345,6	187,9	16,2%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	1,2	0,0	-1,2	-100,0%
I.6.2 Concurso de Prognóstico	129,3	119,5	-9,8	-7,6%
I.6.3 IOF Ouro	8,7	16,1	7,4	84,5%
I.6.4 ITR	1.018,4	1.117,4	99,0	9,7%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	0,0	92,6	92,6	-
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.099.051,7</b>	<b>1.143.777,9</b>	<b>44.726,2</b>	<b>4,1%</b>
II.1 Benefícios Previdenciários	454.268,6	506.926,0	52.657,4	11,6%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	344.891,7	387.330,5	42.438,8	12,3%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	98.505,1	107.186,7	8.681,6	8,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	10.871,8	12.408,8	1.537,0	14,1%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	232.551,5	257.136,0	24.584,5	10,6%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	193.208,4	179.537,7	-13.670,7	-7,1%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	52.492,6	50.321,0	-2.171,6	-4,1%
II.3.2 Anistiados	185,3	168,0	-17,3	-9,3%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	269,2	0,0	-269,2	-100,0%
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	500,8	528,6	27,7	5,5%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	44.960,1	49.314,5	4.354,4	9,7%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.832,0	4.809,5	-22,5	-0,5%
II.3.8 Créditos Extraordinários	10.546,5	866,4	-9.680,0	-91,8%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	16.480,5	13.008,9	-3.471,6	-21,1%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doenças	457,4	461,8	4,4	1,0%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	643,5	788,9	145,4	22,6%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	11.617,6	12.181,1	563,5	4,9%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	1.042,3	1.234,9	192,6	18,5%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	10.509,6	9.901,0	-608,7	-5,8%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.787,5	1.787,5	0,0	0,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fóiseis	0,0	0,0	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.025,6	10.473,6	448,0	4,5%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	21.787,2	18.356,1	-3.431,0	-15,7%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	1.797,2	2.029,0	231,8	12,9%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.963,0	2.165,6	-797,4	-26,9%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	81,1	74,0	-7,1	-8,7%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-661,9	200,0	861,9	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	49,1	148,8	99,8	203,3%
II.3.19.6 Pronaf	5.100,2	4.051,4	-1.048,9	-20,6%
II.3.19.7 Proex	727,7	380,2	-347,5	-47,7%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	536,3	167,4	-368,9	-68,8%
II.3.19.9 Álcool	56,6	46,0	-10,5	-18,6%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-72,4	102,0	174,4	-
II.3.19.11 Funcafé	85,0	95,4	10,4	12,2%
II.3.19.12 Revitaliza	14,4	12,8	-1,6	-10,9%
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	9.033,3	7.906,6	-1.126,7	-12,5%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	5,7	6,3	0,6	11,4%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	645,6	590,5	-55,1	-8,5%
II.3.19.16 Sub. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	202,2	0,0	-202,2	-100,0%
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	68,4	47,2	-21,2	-30,9%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-10,4	-7,4	3,0	-28,5%
II.3.19.19 Proagro	1.127,8	509,5	-618,3	-54,8%
II.3.19.20 PNAFE	-106,6	-169,3	-62,7	58,8%
II.3.19.21 PRODECER	144,8	0,0	-144,8	-100,0%
II.3.20 Transferências ANA	224,5	261,8	37,3	16,6%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	148,6	817,0	668,4	449,8%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	4.697,4	4.257,0	-440,4	-9,4%
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	219.023,2	200.178,2	-18.845,0	-8,6%
<b>Memorando:</b>				
<b>III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)</b>	<b>1.291.607,8</b>	<b>1.346.620,1</b>	<b>55.012,3</b>	<b>4,3%</b>
<b>IV. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)</b>	<b>225.553,3</b>	<b>222.137,5</b>	<b>-3.415,8</b>	<b>-1,5%</b>
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	207.908,2	219.894,5	11.986,3	5,8%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	158.405,0	161.403,6	2.998,6	1,9%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	10.773,1	11.057,8	284,7	2,6%
IV.1.3 Compensações Financeiras	13.904,7	20.816,3	6.911,6	49,7%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	1.239,3	1.698,7	459,4	37,1%
IV.1.5 Demais	23.586,0	24.918,0	1.332,0	5,6%
<i>IOF Ouro</i>	8,7	16,1	7,4	84,5%
<i>ITR</i>	1.018,4	1.117,4	99,0	9,7%
<i>FUNDEB (Complem. União)</i>	11.617,6	12.181,1	563,5	4,9%
<i>Fundo Constitucional DF - FCDF</i>	10.941,3	11.603,4	662,1	6,1%
<i>FCDF - OCC</i>	1.042,3	1.234,9	192,6	18,5%
<i>FCDF - Pessoal</i>	9.898,9	10.368,5	469,5	4,7%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	11.221,7	866,4	-10.355,2	-92,3%
d/q Impacto Primário do FIES	675,2	0,0	-675,2	-100,0%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	602,3	131,7	-470,6	-78,1%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	477,2	116,2	-361,0	-75,7%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	125,1	15,5	-109,6	-87,6%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	5.821,1	1.244,9	-4.576,2	-78,6%
<b>V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)</b>	<b>1.066.054,5</b>	<b>1.124.482,6</b>	<b>58.428,1</b>	<b>5,5%</b>

**Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" <sup>1/</sup> - Brasil - Mensal**  
 R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016		2017		Diferença Nov/17 Out/17	Variação (%)	Diferença Nov/17 Nov/16	Variação (%)
	Novembro	Outubro	Novembro					
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>141.490,5</b>	<b>116.193,0</b>	<b>136.286,3</b>	<b>20.093,3</b>	<b>17,3%</b>	<b>-5.204,3</b>	<b>-3,7%</b>	
I.1 Poder Executivo	136.506,4	111.930,3	130.599,2	18.668,9	16,7%	-5.907,3	-4,3%	
I.2 Poder Legislativo	889,5	833,1	905,1	72,0	8,6%	15,6	1,7%	
I.2.1 Câmara dos Deputados	399,5	394,6	396,5	1,9	0,5%	-3,1	-0,8%	
I.2.2 Senado Federal	291,3	302,5	308,9	6,4	2,1%	17,6	6,0%	
I.2.3 Tribunal de Contas da União	198,7	136,0	199,8	63,7	46,9%	1,0	0,5%	
I.3 Poder Judiciário	3.610,0	2.943,6	4.269,6	1.326,0	45,0%	659,6	18,3%	
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	41,2	43,3	60,3	17,0	39,2%	19,1	46,2%	
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	124,7	98,7	139,1	40,4	41,0%	14,3	11,5%	
I.3.3 Justiça Federal	1.044,5	755,2	1.098,3	343,1	45,4%	53,8	5,1%	
I.3.4 Justiça Militar da União	51,4	34,6	49,1	14,6	42,2%	-2,3	-4,5%	
I.3.5 Justiça Eleitoral	808,2	511,6	689,9	178,3	34,9%	-118,2	-14,6%	
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.271,6	1.315,5	1.959,8	644,3	49,0%	688,2	54,1%	
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	255,8	176,1	263,2	87,1	49,4%	7,4	2,9%	
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	12,5	8,6	9,7	1,1	12,8%	-2,7	-21,9%	
I.4. Defensoria Pública da União	44,5	40,3	51,2	11,0	27,3%	6,8	15,2%	
I.5 Ministério Público da União	440,1	445,8	461,2	15,4	3,4%	21,1	4,8%	
I.5.1 Ministério Público da União	433,5	440,3	454,6	14,3	3,2%	21,1	4,9%	
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	6,6	5,5	6,6	1,1	20,2%	0,0	-0,1%	
<b>Memorando:</b>								
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	112.497,6	97.335,7	116.871,3	19.535,6	20,1%	4.373,7	3,9%	
II.1 Poder Executivo	107.694,8	93.083,6	111.192,2	18.108,5	19,5%	3.497,4	3,2%	
II.2 Poder Legislativo	888,4	833,1	905,1	72,0	8,6%	16,7	1,9%	
II.2.1 Câmara dos Deputados	398,5	394,6	396,5	1,9	0,5%	-2,1	-0,5%	
II.2.2 Senado Federal	291,3	302,5	308,9	6,4	2,1%	17,6	6,0%	
II.2.3 Tribunal de Contas da União	198,6	136,0	199,8	63,7	46,9%	1,1	0,6%	
II.3 Poder Judiciário	3.439,3	2.932,9	4.261,6	1.328,6	45,3%	822,3	23,9%	
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	41,1	43,3	60,3	17,0	39,2%	19,3	46,9%	
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	124,2	98,2	0,0	-98,2	-100,0%	-124,2	-100,0%	
II.3.3 Justiça Federal	1.036,6	755,2	1.098,3	343,1	45,4%	61,8	6,0%	
II.3.4 Justiça Militar da União	51,4	34,5	0,0	-34,5	-100,0%	-51,4	-100,0%	
II.3.5 Justiça Eleitoral	686,1	503,4	682,9	179,5	35,7%	-3,2	-0,5%	
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.233,3	1.313,5	1.959,4	645,9	49,2%	726,2	58,9%	
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	254,2	176,1	263,2	87,1	49,4%	9,0	3,5%	
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	12,4	8,6	9,7	1,1	12,8%	-2,7	-21,9%	
II.4. Defensoria Pública da União	44,5	40,3	51,2	11,0	27,3%	6,8	15,2%	
II.5 Ministério Público da União	430,6	445,8	461,2	15,4	3,4%	30,6	7,1%	
II.5.1 Ministério Público da União	424,0	440,3	454,6	14,3	3,2%	30,6	7,2%	
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	6,5	5,5	6,6	1,1	20,2%	0,0	0,2%	

**Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" <sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no ano  
R\$ Milhões - Valores Correntes**

Discriminação	2016 Jan-Nov	2017 Jan-Nov	Diferença Jan-Nov/17 Jan-Nov/16	Variação (%)
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.291.607,8</b>	<b>1.346.620,1</b>	<b>55.012,3</b>	<b>4,3%</b>
I.1 Poder Executivo	1.244.732,9	1.297.295,9	52.563,0	4,2%
I.2 Poder Legislativo	9.094,4	9.569,8	475,4	5,2%
I.2.1 Câmara dos Deputados	4.286,2	4.471,8	185,6	4,3%
I.2.2 Senado Federal	3.256,4	3.432,8	176,4	5,4%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	1.551,9	1.665,2	113,4	7,3%
I.3 Poder Judiciário	32.627,4	34.248,2	1.620,8	5,0%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	467,8	503,2	35,3	7,6%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.132,3	1.120,7	-11,6	-1,0%
I.3.3 Justiça Federal	8.393,9	8.897,7	503,8	6,0%
I.3.4 Justiça Militar da União	406,7	410,0	3,3	0,8%
I.3.5 Justiça Eleitoral	6.047,7	5.639,3	-408,3	-6,8%
I.3.6 Justiça do Trabalho	14.000,4	15.482,6	1.482,2	10,6%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.033,9	2.092,8	58,9	2,9%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	144,6	101,9	-42,7	-29,5%
I.4. Defensoria Pública da União	413,1	483,2	70,0	17,0%
I.5 Ministério Público da União	4.739,9	5.023,0	283,1	6,0%
I.5.1 Ministério Público da União	4.679,6	4.959,4	279,9	6,0%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	60,4	63,6	3,2	5,3%
<b>Memorando:</b>				
<b>II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016</b>	<b>1.066.054,5</b>	<b>1.124.482,6</b>	<b>58.428,1</b>	<b>5,5%</b>
II.1 Poder Executivo	1.020.368,9	1.075.347,2	54.978,3	5,4%
II.2 Poder Legislativo	9.083,7	9.559,2	475,5	5,2%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.276,7	4.461,1	184,4	4,3%
II.2.2 Senado Federal	3.256,4	3.432,8	176,4	5,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.550,6	1.665,2	114,6	7,4%
II.3 Poder Judiciário	31.543,9	34.070,0	2.526,2	8,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	466,5	503,1	36,6	7,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.130,1	1.116,1	-14,0	-1,2%
II.3.3 Justiça Federal	8.305,7	8.893,5	587,8	7,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	406,4	409,2	2,8	0,7%
II.3.5 Justiça Eleitoral	5.375,5	5.505,7	130,2	2,4%
II.3.6 Justiça do Trabalho	13.699,7	15.448,2	1.748,5	12,8%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.015,6	2.092,2	76,7	3,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	144,4	101,9	-42,5	-29,4%
II.4. Defensoria Pública da União	413,1	483,2	70,0	17,0%
II.5 Ministério Público da União	4.644,8	5.023,0	378,1	8,1%
II.5.1 Ministério Público da União	4.584,6	4.959,4	374,8	8,2%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	60,2	63,6	3,4	5,6%

# Boletim

## FPM / FPE / IPI-Exportação

Em novembro de 2017 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 2,9% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 10,3 bilhões, ante R\$ 10,1 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

### Distribuição do FPM/FPE

Origens	2016			2017			Variação Nominal			R\$ Milhões
	Outubro	Novembro	Até Novembro	Outubro	Novembro	Até Novembro	Nov/17 Out/17	Nov/17 Nov/16	Até Nov/17 Nov/16	
FPM	5.005,0	9.131,6	64.827,2	5.140,1	5.287,0	66.686,9	2,9%	-42,1%	2,9%	
FPE	4.782,6	8.725,8	59.360,4	4.911,7	5.052,0	59.900,6	2,9%	-42,1%	0,9%	
IPI - Exp	296,8	310,2	3.077,6	395,9	323,3	3.335,3	-18,3%	4,2%	8,4%	

Obs.1: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%)

Obs. 2: as quedas de 42,1% do FPM e do FPE no mês de novembro de 2017 em relação a novembro de 2016 devem-se ao fato de a maior parte do repasse da parcela do IR da Lei de Repatriação de 2016 ter sido distribuída no primeiro decêndio de novembro daquele ano.

### Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Novembro	13,6%	11,1%	13,6%	11,1%	-6,2%	-9,1%

Obs. 1: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

Obs. 2: Nos percentuais estimados e realizados de novembro em relação a outubro foram considerados somente os créditos ordinários de outubro, não sendo considerados os valores referentes à classificação por estimativa ocorrida no mês de outubro. Considerando os créditos extraordinários, os percentuais realizados foram de 2,9% para o FPE/FPM e -18,3% para o IPI.

### Estimativa Trimestral

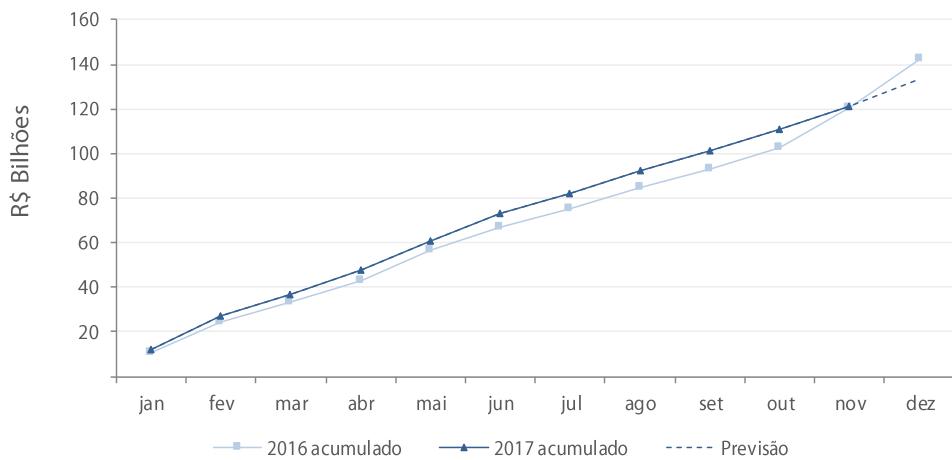
FUNDOS	Dezembro	Janeiro	Fevereiro
FPM	19,5%	3,0%	22,0%
FPE	19,5%	3,0%	22,0%
IPI - EXP	32,8%	-28,0%	11,0%

Obs. 1: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior

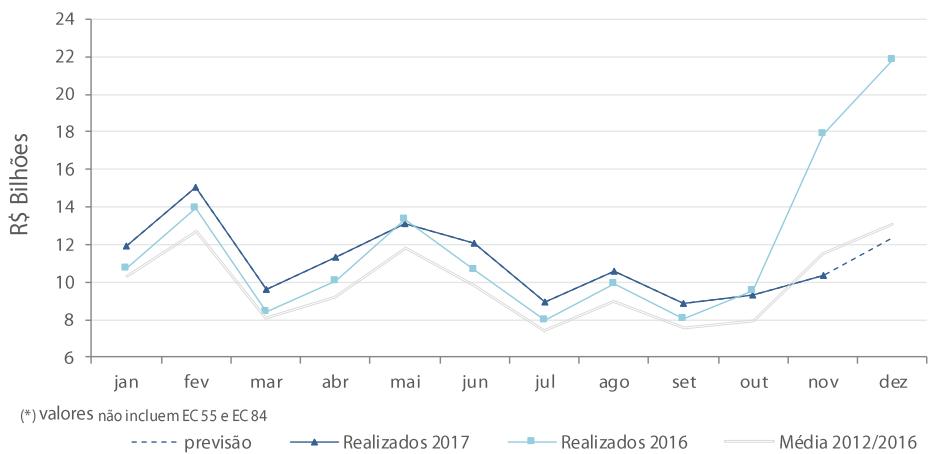
Obs. 2: A variação percentual para o FPM de dezembro não contempla o repasse da EC 55/2007

## Gráficos

**Valores Acumulados (FPM e FPE)**



**Sazonalidade Anual (FPM e FPE)**



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/10/2017 a 20/11/2017, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
OUT/3º DEC	2.850,2	14.559,9	17.410,2	NOV/1º DEC	2.994,5	3.133,8	228,0	6.356,4
NOV/1º DEC	980,6	2.364,5	3.345,1	NOV/2º DEC	575,4	602,1	78,4	1.255,9
NOV/2º DEC	210,4	8.406,4	8.616,8	NOV/3º DEC	1.482,1	1.551,0	16,8	3.050,0
<b>TOTAL</b>	<b>4.041,3</b>	<b>25.330,8</b>	<b>29.372,1</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.052,0</b>	<b>5.287,0</b>	<b>323,3</b>	<b>10.662,3</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

## Distribuição de Fundos

ESTADOS	UF	FPM	FPE	R\$ Mil IPI-Exp
Acre	AC	26.548,3	173.036,6	28,1
Alagoas	AL	126.282,8	210.554,3	837,6
Amazonas	AM	81.407,3	141.801,2	2.267,3
Amapá	AP	20.893,2	172.341,2	544,5
Bahia	BA	492.869,5	474.191,2	16.638,4
Ceará	CE	262.932,7	370.272,5	2.268,8
Distrito Federal	DF	9.084,2	34.852,3	588,2
Espírito Santo	ES	93.053,1	76.208,9	15.503,0
Goiás	GO	194.025,0	143.701,6	8.707,1
Maranhão	MA	219.813,5	364.498,0	4.459,1
Minas Gerais	MG	694.415,8	225.005,7	39.150,8
Mato Grosso do Sul	MS	77.614,1	67.720,9	6.370,6
Mato Grosso do Sul	MT	96.535,5	116.575,0	5.600,4
Pará	PA	185.842,2	308.907,4	17.271,0
Paraíba	PB	166.079,6	241.691,2	339,4
Pernambuco	PE	260.269,3	348.141,4	3.508,3
Piauí	PI	140.589,6	218.255,2	83,4
Paraná	PR	357.266,1	145.573,5	30.685,2
Rio de Janeiro	RJ	155.677,1	77.868,8	48.323,1
Rio Grande do Norte	RN	131.065,6	210.910,3	408,5
Rondônia	RO	46.813,0	142.587,4	1.333,1
Roraima	RR	26.597,7	125.226,8	4,7
Rio Grande do Sul	RS	357.727,4	118.376,5	33.322,9
Santa Catarina	SC	206.314,3	64.629,1	19.829,0
Sergipe	SE	77.081,7	209.693,7	160,7
São Paulo	SP	704.863,6	50.544,1	64.660,0
Tocantins	TO	75.313,9	218.834,3	406,8
<b>TOTAL</b>		<b>5.286.975,9</b>	<b>5.051.999,1</b>	<b>323.300,2</b>

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 25 de novembro de 2016, foi publicada a Portaria STN nº 727, de 24 de novembro de 2016, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2017, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

**Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT**

**Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED**

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Ou ligue (61) 3482-6060 para consultar os fatores de multiplicação para o mês de referência

Email: [coint.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:coint.df.stn@fazenda.gov.br) ou [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)